

Matriz de indicadores de sustentabilidade dos estados brasileiros¹



Matrix of indicators of sustainability of brazilian states

Gustavo Viana Machado <guvvm@bol.com.br>

Mestre em Economia pelo IE/Unicamp. Analista de Planejamento e Orçamento.
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília, Brasil.

Recebido 20-mar-2012 **Aceito** 15-mai-2012

Resumo O artigo busca traçar um quadro das diferenças regionais brasileiras a partir do conceito de desenvolvimento sustentável. Neste sentido, selecionou-se um conjunto de indicadores que permitiu ordenar as unidades da federação nas dimensões social, econômica e ambiental.

Palavras-chave Desenvolvimento sustentável; desenvolvimento regional; indicadores; políticas públicas; planejamento.

Abstract *The article attempts to draw a picture of Brazilian regional differences from the concept of sustainable development. In this sense, we selected a set of index to sort the units of the federation in the social, economic and environmental.*

Key-words *Sustainable development; regional development; indicators; public policy; planning.*

1 O autor agradece a importante colaboração de Flávia Nascimento e de Paulo Jannuzzi pela aprendizagem e por suas observações. Ainda agradeço a André Cavalcanti, Priscila Koeller e Luciana Servo pelos valiosos comentários, bem como a Márcio Bastos Medeiros, Martha Cassiolato, José Aroudo Mota, Andréia Rodrigues, Frederico Alves, Carlos Curro, Eugênio Vilela e Bruno Moretti.

Introdução

O conceito de desenvolvimento sustentável mais utilizado foi cunhado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio-ambiente e Desenvolvimento que, por meio do relatório Brundtland ou Nosso Futuro Comum, definiu o desenvolvimento sustentável: “como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (IBGE, 2008, apud, Nosso Futuro Comum, 1998, pg.46).

A noção de desenvolvimento sustentável disseminada no relatório Brundtland, portanto, postula a compatibilidade do desenvolvimento econômico com a equidade social e preservação ambiental. Desta forma, preconiza, por um lado, que o aumento da produção deve vir acompanhado da distribuição equitativa dos frutos do crescimento e satisfação das necessidades humanas. Por outro lado, o desenvolvimento econômico deve ser compatível com o uso racional dos recursos naturais.

A operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável requer a utilização de indicadores² que permitam avaliar a situação em que se encontra determinada sociedade em relação à sustentabilidade. Neste sentido, o objetivo do artigo é propor um conjunto de indicadores que permita traçar um quadro da situação dos estados brasileiros, tendo em vista um conceito de desenvolvimento sustentável que considere três dimensões do bem-estar: econômica, social e ambiental³.

O artigo está dividido em duas partes. Na primeira, explicita-se a metodologia utilizada no trabalho. Já na segunda parte, descreve-se a lógica utilizada na seleção dos indicadores, bem como se apresenta o resultado do ordenamento dos estados em cada uma das áreas da dimensão social, econômica e ambiental. Por fim, o artigo traz uma conclusão geral.

Metodologia

A metodologia do trabalho consiste, de um lado, em selecionar um conjunto de indicadores que possa traçar um quadro socioeconômico e ambiental das unidades da federação. Por outro lado, buscou-se utilizar uma técnica estatística que permitisse construir um ordenamento dos estados brasileiros nas temáticas selecionadas.

A seleção dos indicadores foi pautada pela identificação dos principais aspectos daquela temática que deveriam ser considerados. Após a definição das principais questões pertinentes a determina-

- 2 Os indicadores são ferramentas constituídas por uma ou mais variáveis que, associadas através de diversas formas, revelam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem. (IBGE, 2008, p.9)
- 3 A análise reconhece a necessidade de se incorporar também a dimensão institucional, mas as questões referentes a esta dimensão não foram trabalhadas em função do escopo limitado do artigo.

da área, buscou-se verificar quais eram os indicadores mais apropriados e disponíveis para efetuar tal mensuração⁴.

O outro ponto a ser levantado refere-se à interpenetração das dimensões da sustentabilidade, o que torna, por vezes, difícil definir qual seria a área temática mais adequada para a inserção de determinado indicador. Desta forma, quando necessário, optou-se por utilizar um grupo de indicadores em mais de uma dimensão, como no caso dos indicadores de saneamento, os quais foram inseridos tanto na área habitacional quanto no meio-ambiente.

Os indicadores selecionados não foram trabalhados com a atribuição de pesos, visto que esta seria arbitrária e estaria associado a julgamentos e valores políticos da sociedade, o que fugiria do escopo do trabalho.

A seleção dos indicadores, a partir de critérios previamente definidos em cada área temática, foi seguida pela etapa metodológica de utilização da ferramenta estatística que permitiria a construção de um ordenamento dos estados brasileiros. Assim, a técnica utilizada para realizar o ordenamento dos estados brasileiros foi a Análise Multicriterial ou Apoio Multicriterial à Decisão (AMD), a qual consiste em um conjunto de métodos de apoio à decisão dada uma multiplicidade de critérios (JANNUZZI, 2010). Por esta técnica, a partir de um conjunto de indicadores selecionados, pode-se construir o Indicador Multicriterial (IMC), o qual permite a hierarquização das unidades da federação.

O cálculo do Indicador Multicriterial (IMC) foi feito utilizando-se o aplicativo gratuito denominado PRADIN – Programa de Apoio a Tomada de Decisão baseada em indicadores. Neste aplicativo, utiliza-se o algoritmo do Prometheé II que ordena as alternativas, a partir de comparações duas a duas, para cada critério definido, segundo uma função de preferência (JANNUZZI, 2010).

A proposta metodológica do trabalho é apresentar uma visão agregada da situação dos estados brasileiros em cada uma das temáticas selecionadas sem, contudo, perder de vista a avaliação individual dos indicadores que conformam aquele quadro geral. Em outras palavras, o Indicador Multicriterial apresenta uma visão sintética da temática, ao mesmo tempo, em que a análise individual ou de um conjunto de indicadores permite identificar que aspectos estão condicionando aquele quadro geral.

O último ponto a ser destacado na parte metodológica diz respeito ao escopo do trabalho que, por sua vez, define as suas limitações. Neste sentido, o primeiro apontamento refere-se ao fato de que

4 Os indicadores não são um fim em si mesmo, já que se apresentam como um instrumento de mensuração de uma lógica definida previamente em cada área temática. Neste sentido, ao partir da definição dos conceitos para a seleção dos indicadores, busca-se evitar os casos em que “o indicador passa a significar o conceito, fato que inverte a lógica básica de operacionalização de conceitos nas Ciências Sociais, isto é partir do conceito para a medida” (JANNUZZI; PATARRA, 2006, p. 144).

o resultado do ordenamento dos estados, em cada área temática, permite apenas comparações inter-regionais da realidade brasileira e não em relação à situação de outros países. Desta forma, necessariamente como resultado do ordenamento, haverá estados bem e mal posicionados, o que não quer dizer que as unidades da federação melhores posicionadas estejam no padrão considerado satisfatório internacionalmente.

A segunda limitação do trabalho refere-se à impossibilidade metodológica de se trabalhar com uma mesma periodicidade para todos os índices dos indicadores. Ou seja, a diversidade das fontes e os diferentes períodos em que são divulgadas as pesquisas muitas vezes impedem a utilização de uma mesma periodicidade. Neste sentido, a opção metodológica foi trabalhar com os índices dos indicadores mais atualizados possíveis a época da elaboração do trabalho, o que tornaria possível apresentar o quadro mais recente da situação dos estados nas mais diversas áreas temáticas.

A terceira limitação do trabalho foi utilizar a escala estadual para apresentar os resultados da análise, o que, muitas vezes, encobre a heterogeneidade e as diversas “realidades” existentes no mesmo estado. No entanto, a escala estadual foi eleita, dada a dificuldade de obter dados na escala municipal e/ou com periodicidade adequada.

Dimensão Social

Educação

A lógica de seleção dos indicadores na área da educação considerou aspectos associados ao acesso, qualidade e infraestrutura. Em relação ao acesso, consideraram-se as etapas da educação básica e superior, à exceção do ensino fundamental que apresenta patamar elevado de acesso e homogeneidade entre as regiões geográficas. Por sua vez, em relação à qualidade procurou-se captar os aspectos associados à formação dos professores⁵, taxa esperada de conclusão do ensino fundamental e médio, bem como o desempenho e rendimento dos alunos mensurados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Por fim, considerou-se de forma específica a questão da infraestrutura, já que esta impactaria tanto no acesso, quanto na qualidade do ensino⁶. No caso da infraestrutura, foram considerados os indicadores referentes à proporção de alunos sem biblioteca e quadra de esportes.

5 A formação dos professores foi contemplada com o indicador de proporção de professores do ensino fundamental com curso superior. Neste caso, apenas utilizou-se este indicador para o ensino fundamental, visto que, no ensino médio, havia elevados índices para este indicador, bem como poucas diferenças regionais.

6 A infraestrutura impacta no acesso em razão da demanda populacional que permite atender. Por sua vez, impacta também na qualidade do ensino em razão dos recursos pedagógicos de apoio disponíveis e condições de trabalho disponibilizadas aos professores.

Os resultados da simulação no PRADIN, utilizando os indicadores mencionados anteriormente, são apresentados na tabela seguinte, a qual traz os estados hierarquizados do pior para o melhor quadro educacional⁷. Na primeira coluna da tabela é apresentado o indicador multicriterial que varia de -1, situação de pior quadro educacional, a 1, situação de melhor quadro. Na segunda coluna, pode-se identificar a posição dos estados de acordo com o IMC numa escala de 0 a 100. Já a terceira coluna traz a posição relativa ocupada pelos 26 estados e o Distrito Federal. Por fim, a quarta e quinta colunas indicam o percentual de comparação dois a dois dos indicadores em que o estado superou ou foi superado pelos demais.

Tabela 1 - Dimensão Social: Educação

Estado	Ind MC	Score	Pos	Flx +	Flx -
AL	-0,586	0,00	1	6,2	64,8
PI	-0,459	10,60	2	10,5	56,4
MA	-0,445	11,80	3	9,2	53,7
PB	-0,407	14,90	4	12,6	53,3
BA	-0,406	15,00	5	10,2	50,9
PA	-0,344	20,20	6	13,0	47,3
PE	-0,336	20,90	7	13,1	46,7
SE	-0,294	24,40	8	15,2	44,6
RN	-0,252	27,90	9	18,3	43,5
CE	-0,111	39,70	10	22,1	33,2
RO	-0,103	40,40	11	23,6	33,9
AM	-0,094	41,10	12	23,8	33,2
AC	-0,068	43,30	13	26,2	33,0
TO	0,025	51,10	14	28,1	25,6
MT	0,071	55,00	15	30,9	23,8
GO	0,103	57,60	16	31,5	21,2
RR	0,128	59,70	17	36,3	23,5
AP	0,166	62,90	18	38,6	22,0
MS	0,166	62,90	19	36,5	19,9
ES	0,182	64,20	20	36,9	18,7
RJ	0,262	71,00	21	43,5	17,3
MG	0,272	71,70	22	42,5	15,3
RS	0,300	74,10	23	46,0	16,0
PR	0,501	91,00	24	58,3	8,2
SC	0,560	95,90	25	61,4	5,4
DF	0,560	95,90	26	62,2	6,2
SP	0,609	99,90	27	64,4	3,6

A tabela 1 permite observar que o pior quadro educacional está na região Nordeste, a qual apresenta todos os seus estados entre os dez piores. Neste sentido, ainda observa-se que as cinco piores posições são ocupadas por estados nordestinos (AL, PI, MA, PB e BA). Por sua vez, entre os dez melhores estados posicionados, estão todos os estados do Sudeste e do Sul, além de dois estados do Centro-Oeste (DF e MS) e um do Norte (AP).

7 O ordenamento dos estados refere-se ao resultado líquido entre superações e subordinações dois a dois dos indicadores estaduais.

Os fluxos de superação ou subordinação, apresentados na terceira e quarta colunas, indicam, por exemplo, que AL foi o estado mais superado percentualmente na comparação de indicadores com os demais estados. Neste caso, o estado de AL foi superado em cerca de 64,8% das comparações com os indicadores dos demais estados (Tabela 1). Ademais, os resultados da tabela 1 permitem observar que todos os estados do Nordeste foram individualmente superados na comparação dois a dois de seus indicadores com os indicadores de cada estado.

A análise dos indicadores de acesso permite observar que os estados da região Nordeste encontram-se posicionados nos dois piores quartis, à exceção da frequência infantil, em que se observam dois estados do Nordeste presentes no melhor quartil (CE e RN) (Anexo – Tabela 1). Em contrapartida, os três melhores estados posicionados (SP, DF e SC) figuram no melhor quartil dos indicadores de acesso, exceto o Distrito Federal que ocupa o segundo melhor quartil no indicador de frequência líquida da educação infantil (Anexo – Tabela 1).

O acesso ao sistema educacional no país revela avanços nas últimas décadas, especialmente no ensino fundamental, em decorrência da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) que, ao garantir o financiamento desta etapa da educação, propiciou quase que a universalização do atendimento, bem como elevado grau de homogeneidade entre as regiões brasileiras. No entanto, em relação às outras duas etapas da educação básica – ensino infantil e médio – permanecem a necessidade de se ampliar o acesso e reduzir as disparidades regionais.

A análise dos indicadores referentes à qualidade do ensino revela que os cinco piores estados do Nordeste aparecem recorrentemente nos dois piores quartis, com exceção do indicador da taxa média esperada de conclusão do ensino médio, o qual aparece como único caso referente à qualidade de ensino em que se verifica a presença de estados do Sul e Sudeste (RS e RJ) no pior quartil (Anexo – Tabela 1.1).

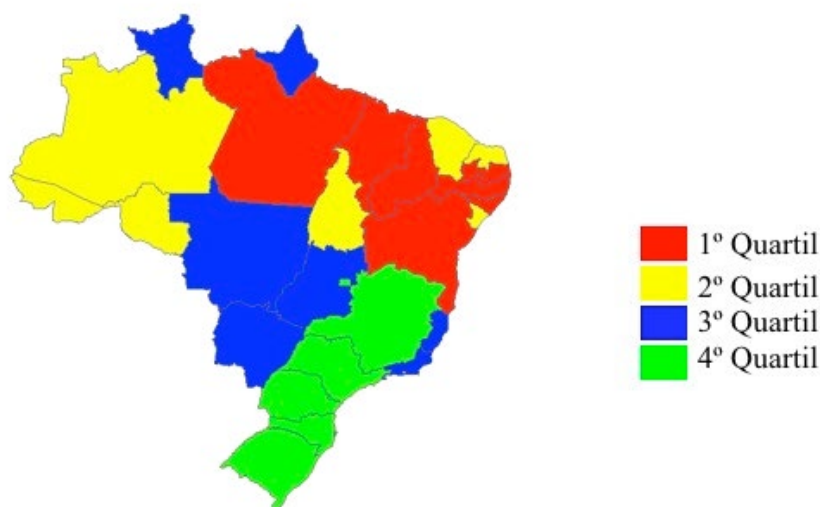
A baixa qualidade dos serviços educacionais no país, conforme apontada pelos indicadores, pode, em parte, ser associada à rápida expansão do acesso que resultou na oferta de padrões desiguais de serviços educacionais – ainda mais no contexto de desigualdades regionais existentes já no ponto de partida⁸.

8 A expansão acelerada resultou no acesso de uma população de baixa renda sem o mesmo capital cultural das camadas sociais que antes frequentavam a escola pública. Além disso, a baixa escolaridade dos pais agrava esta situação, já que famílias com pouca escolarização tendem a apresentar demanda não qualificada por educação. Por fim, a formação dos professores, neste contexto de expansão da oferta do ensino fundamental e médio, também afeta a qualidade do ensino, já que gerou uma demanda acelerada por docentes, suprida no ensino fundamental com a contratação de professores de nível médio e no ensino médio com a contratação de professores por tempo determinado, os quais, em sua grande maioria, não dispunham de habilitação específica na disciplina que lecionavam. (VIEIRA et al., 2006)

Os indicadores selecionados apontam para a deficiência da infraestrutura nos estados do Nordeste que, à exceção do Ceará, estão posicionados nos dois piores quartis. Neste aspecto, a taxa de alunos sem biblioteca no Nordeste, por exemplo, apresenta um índice 4,5 acima da taxa de alunos sem biblioteca no Sul do país (Anexo – Tabela 1.1). Em contrapartida, os estados do Sudeste e Sul ocupam os dois melhores quartis destes indicadores (Anexo – Tabela 1.1).

O mapa a seguir sugere uma clara linha divisória entre os estados do Centro-Sul que estão situados nos dois melhores quartis e os estados do Norte e Nordeste posicionados nos dois piores quartis, exceto os estados de Roraima e Amapá, os quais figuram no segundo melhor quartil.

Mapa 1 – Situação da Educação



Saúde

A lógica de construção da matriz na área de saúde procurou, de um lado, selecionar indicadores de oferta, os quais permitissem dimensionar a distribuição de recursos e de serviços de saúde no território nacional. Por outro lado, procurou-se selecionar indicadores de resultado, os quais pudessem retratar as diferenças regionais nas condições de saúde da população brasileira.

Os indicadores de oferta consideraram diferentes tipos de recursos⁹: financeiros (gasto público com saúde per capita), físicos (leitos e centros de saúde por mil habitantes), humanos (médico e

9 Os indicadores de recursos procuraram captar os diferentes níveis de complexidade de intervenção na saúde, desde a atenção básica (centros de saúde por mil habitantes, acompanhamento saúde da família e consultas pré-natal), até média e alta complexidade (leitos por mil habitantes).

enfermeiros por mil habitantes) e equipamentos (mamografia, raio x e ressonância). Além disso, foram considerados os serviços de saúde prestados pelas equipes de Saúde da Família e o atendimento pré-natal.

Os indicadores de resultado, por sua vez, foram dispostos em dois grupos para captar a “transição epidemiológica imperfeita” do país, na qual se observa a sobreposição de doenças associadas ao “atraso” e aquelas associadas “a modernidade”. (GADELHA et al., p.g 105). Desta forma, o primeiro grupo, associado à situação de saúde típica do subdesenvolvimento, foi composto pelos seguintes indicadores: internações hospitalares associadas ao saneamento inadequado, taxa de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer. Por sua vez, o segundo grupo de indicadores, associado a doenças típicas de países desenvolvidos, foi composto pelos seguintes indicadores: taxa de mortalidade específica por doenças do aparelho circulatório, prevalência de obesidade na população de 20 ou mais anos de idade por sexo, taxa de incidência de neoplasias malignas por 100 mil habitantes e por sexo.

A construção da matriz da saúde, a partir de dois conjuntos de indicadores, permite uma análise comparativa entre a distribuição regional dos recursos e serviços em relação aos resultados da situação da saúde nos estados brasileiros. Contudo, os determinantes das condições de saúde e suas especificidades não se explicam somente pelos recursos e serviços existentes ou pelas políticas setoriais da saúde em determinada região, mas também estão relacionados a uma série de outros determinantes como características individuais de idade, sexo, fatores genéticos predominantes e condições socioeconômicas, as quais determinam diferenciais de exposição e de vulnerabilidade a riscos de saúde¹⁰ (Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde, 2008)¹¹.

A análise dos resultados dos indicadores referentes aos recursos e serviços de saúde revela uma distribuição desigual em detrimento das regiões Norte e Nordeste¹² (Tabela 2). Assim, observa-se que, à exceção do TO (12º), todos os estados da região Norte encontram-se entre as dez piores

10 As condições socioeconômicas inadequadas de alimentação, nutrição, habitação e/ou saneamento básico acabam por determinar maior grau de exposição das populações e maior vulnerabilidade a riscos de saúde.

11 A temática da saúde exemplifica a interpenetração observada entre as diversas áreas quando se tem como referência o desenvolvimento sustentável. Assim, a redução das iniquidades em saúde requer a combinação de políticas setoriais com intervenções sobre os mecanismos de estratificação social, tais como políticas que diminuam as diferenças sociais relacionadas ao mercado de trabalho, educação, seguridade social ou condições de alimentação ou moradia. (Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde, 2008).

12 Apesar da situação desfavorável da região Norte e Nordeste, a avaliação individual dos indicadores de recursos e acesso a serviços de saúde revela algumas especificidades entre as regiões brasileiras. Em relação aos dados de atenção básica, particularmente a cobertura do Saúde da Família, nota-se uma cobertura maior no Nordeste (70,6%), enquanto a região Sudeste apresenta a menor cobertura (36,9%), particularmente nos casos de estados como SP e RJ que estão situados no pior quartil (Anexo – Tabela 2). Ainda no campo da atenção básica, observa-se que a região Nordeste apresenta o melhor índice de centros médicos por habitantes (2,1), já o Sudeste apresenta o pior índice (1,3) (Anexo – Tabela 2). Por sua vez, quando são analisados alguns indicadores de equipamentos ou de recursos humanos como médico por mil habitantes, o quadro se inverte, já que os estados do Sul e Sudeste apresentam os melhores índices, enquanto a região Nordeste possui índices abaixo da média nacional. Enfim, os dados de acesso ao sistema de saúde revelam que, em função da atuação do SUS, houve uma interiorização dos serviços dos serviços de saúde mais frequentes de atenção básica, enquanto que “os serviços mais raros, complexos e caros, continuam altamente hierarquizados, localizados nas grandes capitais estaduais, sobretudo na faixa costeira” (PNOT, 2006).

posições. Ademais, verifica-se também a presença de quatro estados do Nordeste (MA, AL, BA e CE) entre os dez piores posicionados (Tabela 2). Em contrapartida, verifica-se a presença de todos os estados do Sul e Sudeste entre os dez melhores posicionados. Ainda entre os dez melhores posicionados, como único representante do Nordeste, observa-se a presença do estado da Paraíba¹³.

Tabela 2 - Dimensão Social: Saúde (Ind. de Recursos)

Estado	Ind MC	Escore	Pos	Flx +	Flx -
PA	-0,523	0,00	1	7,4	59,8
AP	-0,423	10,90	2	14,0	56,3
MA	-0,383	15,30	3	13,8	52,1
RO	-0,304	24,00	4	15,3	45,7
AM	-0,264	28,40	5	22,1	48,4
AL	-0,237	31,30	6	18,2	41,9
BA	-0,214	33,80	7	19,4	40,7
CE	-0,183	37,20	8	20,5	38,8
AC	-0,087	47,70	9	28,8	37,4
RR	-0,050	51,70	10	31,5	36,5
PE	-0,035	53,40	11	27,3	30,7
TO	-0,019	55,10	12	29,8	31,7
PI	-0,019	55,10	13	30,1	32,1
SE	-0,014	55,70	14	30,7	32,1
RN	0,006	57,80	15	29,2	28,6
GO	0,083	66,30	16	34,0	25,7
MS	0,137	72,20	17	37,8	24,2
PR	0,152	73,80	18	41,3	26,1
MG	0,156	74,30	19	38,2	22,6
MT	0,181	77,00	20	38,4	20,3
ES	0,202	79,30	21	42,6	22,4
PB	0,206	79,70	22	43,2	22,6
SP	0,235	82,90	23	49,0	25,5
RS	0,271	86,90	24	49,8	22,6
DF	0,364	97,00	25	61,7	25,3
RJ	0,371	97,80	26	57,3	20,1
SC	0,390	99,90	27	51,7	12,6

Os grandes contrastes regionais do país podem ainda ser observados quando se avaliam os resultados do ordenamento dos indicadores associados ao “subdesenvolvimento” (tabela 3), os quais revelam que, dentre os dez piores estados posicionados, estão oito estados do Nordeste (MA, AL, PB, PI, PE, RN, BA e CE) e dois estados do Norte (PA e RO). Ao mesmo tempo, a análise da coluna dos fluxos negativos da tabela 3 acaba por revelar que todos os estados do Nordeste foram superados na comparação individual de indicadores. Em contrapartida, entre os dez melhores estados posicionados, estão todos os estados do Sul e Sudeste e mais três estados do Centro-Oeste (DF, MS e GO).

13 Neste sentido, a Paraíba é o melhor estado em centro médico por mil habitantes e o segundo melhor estado no programa de acompanhamento da Saúde da Família, bem como está no melhor quartil de enfermeiros por mil habitantes (Anexo – Tabela 2).

Tabela 3 - Dimensão Social: Saúde (Ind. Subdesenvolvimento)

Estado	Ind MC	Escore	Pos	Flx +	Flx -
MA	-0,737	0,00	1	2,5	76,2
AL	-0,673	4,70	2	5,7	73,0
PB	-0,571	12,20	3	7,0	64,1
PI	-0,539	14,60	4	8,3	62,1
PE	-0,372	26,80	5	16,0	53,2
RN	-0,314	31,10	6	15,3	46,7
PA	-0,244	36,30	7	19,8	44,2
BA	-0,244	36,30	8	17,9	42,3
CE	-0,224	37,70	9	17,9	40,3
RO	-0,218	38,20	10	19,8	41,6
TO	-0,192	40,00	11	19,2	38,4
SE	-0,167	41,90	12	21,1	37,8
AC	-0,147	43,30	13	21,1	35,8
RR	-0,115	45,70	14	23,0	34,6
AP	0,032	56,60	15	30,1	26,9
AM	0,077	59,90	16	32,0	24,3
MT	0,147	65,00	17	35,2	20,5
GO	0,186	67,90	18	37,8	19,2
MS	0,321	77,80	19	45,5	13,4
RJ	0,327	78,20	20	45,5	12,8
ES	0,378	82,00	21	48,7	10,8
PR	0,385	82,50	22	49,3	10,8
MG	0,449	87,20	23	53,8	8,9
RS	0,603	98,50	24	64,1	3,8
SP	0,615	99,50	25	64,7	3,2
DF	0,615	99,50	26	64,1	2,5
SC	0,622	99,90	27	64,7	2,5

Os seis piores estados posicionados do Nordeste (MA, AL, PB, PI, PE e RN) estão nos dois piores quartis dos indicadores de esperança de vida e mortalidade infantil¹⁴, bem como do indicador de internações com exceção de Pernambuco (2º quartil - Anexo – Tabela 2.1).

A observação da evolução dos indicadores de esperança de vida e taxa de mortalidade infantil, por sua vez, revela que a região Nordeste foi aquela que apresentou maiores avanços¹⁵. Neste caso, observa-se que, em relação à esperança de vida ao nascer, a região Nordeste foi aquela que

14 Os dados referentes à mortalidade infantil ilustram a situação desfavorável dos estados do Nordeste (AL, MA, PE, PB, RN, SE), os quais ocupam integralmente o pior quartil da distribuição (Anexo – Tabela 2.1). Desta forma, são observadas áreas da região em que o desenvolvimento socioeconômico não se deu com a mesma intensidade daquele observado em áreas como as do centro-sul do país, o que gerou estruturas sociais de predominância da pobreza que se traduz em precárias condições de vida e saúde das crianças. Neste sentido, os elevados índices de mortalidade infantil do Nordeste - em relação ao restante do país - estão associados a um conjunto de fatores socioeconômicos que vão desde o acesso mais precário aos serviços de saneamento até a baixa instrução da mãe, a qual redundava numa pior percepção no trato e cuidado da saúde dos filhos. (Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde, 2008).

15 A melhora dos indicadores na região Nordeste pode estar associada a diversos fatores como: transformações demográficas com reflexos na estrutura etária, melhoria da renda, nível educacional e acesso a serviços de saneamento e, por fim, um conjunto de programas com ações de imunização, assistência a gestante e desenvolvimento das crianças focalizadas nas regiões mais pobres do país.

apresentou a maior elevação: 2,95 pontos percentuais, sendo que no mesmo período houve um crescimento relativo de 4,39 pontos percentuais (Tabela 4). Em relação à taxa de mortalidade infantil, verifica-se que a região Nordeste apresentou o maior declínio relativo (20%), ou seja, 2,2 p.p acima da média nacional (Tabela 4). Todavia, apesar da melhoria verificada no período, observa-se que a taxa de mortalidade infantil no Nordeste ainda representa o dobro da observada na região Sudeste.

Tabela 4 - Dimensão Social: Saúde (Evolução dos Indicadores 2000 -2008)

Região	Esperança de Vida ao nascer				Tx de mortalidade Infantil			
	2000	2008	08-00 (ptos perc.)	08-00 (%)	2000	2008	08-00 (ptos perc.)	08-00 (%)
Norte	69,53	71,9	2,37	3,41	28,6	24,2	-4,4	-15,38
Nordeste	67,15	70,1	2,95	4,39	43	34,4	-8,6	-20,00
Sudeste	71,99	74,3	2,31	3,21	20,7	17,1	-3,6	-17,39
Sul	72,74	75	2,26	3,11	18,4	15,6	-2,8	-15,22
Centro-Oeste	71,75	74	2,25	3,14	21	18,3	-2,7	-12,86
Brasil	70,44	73	2,56	3,63	28,7	23,59	-5,11	-17,80

Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais

Os resultados do ordenamento referentes às doenças crônico-degenerativas, por sua vez, revelam um quadro diverso do observado em relação às doenças infecciosas, já que, entre as dez piores posições, observa-se a presença de todos os estados do Sul e Sudeste, à exceção de Minas (11). Por sua vez, entre os dez melhores posicionados, nota-se somente a presença de estados do Norte (AC, TO, AM, PA, AP e RR) e Nordeste (MA, BA, AL e PI) do país (Tabela 5).

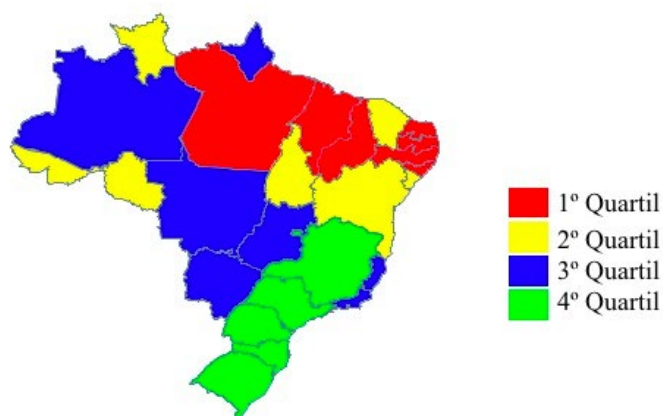
Tabela 5 - Dimensão Social: Saúde (Doenças Crônicas)

Estado	Ind MC	Escore	Pos	Flx +	Flx -
RS	-0,842	0,00	1	0,7	84,9
SP	-0,658	12,80	2	4,2	69,9
RJ	-0,615	15,70	3	7,3	68,8
PR	-0,512	22,90	4	8,0	59,2
MS	-0,404	30,40	5	11,9	52,3
ES	-0,362	33,40	6	13,4	49,6
PE	-0,354	33,90	7	13,4	48,8
SC	-0,273	39,50	8	20,7	48,0
RN	-0,150	48,10	9	20,7	35,7
CE	-0,081	52,90	10	24,6	32,6
MG	-0,062	54,20	11	26,1	32,3
GO	-0,015	57,40	12	29,2	30,7
DF	0,046	61,70	13	31,5	26,9
MT	0,108	66,00	14	33,8	23,0
PB	0,142	68,40	15	36,5	22,3
RO	0,165	70,00	16	38,0	21,5
SE	0,196	72,10	17	37,6	18,0
RR	0,208	72,90	18	46,5	25,7
AP	0,265	77,00	19	49,6	23,0
PI	0,269	77,20	20	44,2	17,3
AL	0,269	77,20	21	43,4	16,5
BA	0,289	78,60	22	44,9	16,1
PA	0,312	80,20	23	45,3	14,2
AM	0,442	89,30	24	54,9	10,7
TO	0,462	90,60	25	54,9	8,8
AC	0,558	97,30	26	61,9	6,1
MA	0,596	99,90	27	64,9	5,3

O mapa associado ao “atraso” mostra que os estados do Centro-Sul ocupam predominantemente os dois melhores quartis. Neste caso, chama atenção à linha contínua do melhor quartil que se estende do RS até MG. Já os estados da região Nordeste, sem exceção, estão posicionados nos dois piores quartis dos indicadores de saúde associados ao subdesenvolvimento. Por sua vez, o mapa associado à situação da “modernidade” apresenta uma realidade distinta, na qual os estados do Centro-Sul, sem exceções, ocupam os dois piores quartis, enquanto os estados do Norte e Nordeste ocupam predominantemente os dois melhores quartis, à exceção do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco¹⁶.

16 Os resultados apresentados nos mapas refletem o processo de transição epidemiológica verificada no país, no qual as regiões Sul e Sudeste passaram por processo mais precoce de envelhecimento da população que decorreram de mudanças na estrutura etária, urbanização e melhoria de acesso a serviços básicos. Neste contexto verifica-se no país a sobreposição de doenças infecciosas – que ainda apresentam alta morbidade no Norte Nordeste – em relação às doenças crônico-degenerativas mais representativas no Centro-Sul do país, as quais levam a necessidade de investimentos em tecnologias mais custosas.

Mapa 2 – Ind. associados ao atraso



Mapa 3–Doenças Crônicas Degenerativas



Habitação

A lógica de seleção dos indicadores para a área de habitação considerou dois componentes: o déficit habitacional e a infraestrutura de serviços públicos. Neste aspecto, procurou-se avaliar a problemática habitacional de uma perspectiva mais ampla que não considerasse apenas a carência de unidades habitacionais, mas também a disponibilidade de serviços aos moradores dos domicílios.

Os indicadores selecionados em relação ao déficit¹⁷ consideraram o componente relativo e o absoluto. Por sua vez, entre os indicadores selecionados¹⁸ para mensurar as condições de infraestrutura, estão: a proporção de domicílios com acesso ao abastecimento de água, rede coletora ou fossa séptica, serviços de coleta de lixo e domicílios rurais com acesso à energia elétrica.

Os dados da tabela seguinte revelam que, dentre os dez piores estados posicionados em termos de déficit habitacional, estão quatro do Nordeste (MA, BA, CE e PI), três do Norte (PA, AM e AP) e três do Sudeste (SP, MG e RJ). Neste caso, os estados do Sudeste aparecem na lista devido ao

17 O conceito de déficit utilizado no trabalho está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas devido à precariedade das construções ou em virtude de desgaste da estrutura física. Elas devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, devido à coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar), aos moradores de baixa renda sem condições de suportar o pagamento de aluguel e aos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade de pessoas. Inclui-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. O déficit habitacional pode ser entendido, portanto, como “déficit por reposição do estoque” e “déficit por incremento de estoque” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2007).

18 Os indicadores associados à Pesquisa de Saneamento Básico como, por exemplo, o destino adequado do lixo se mostrariam mais efetivos. Contudo, não foram utilizados em razão da maior periodicidade de publicação dos dados.

elevado déficit absoluto relativamente às demais unidades da federação. Por sua vez, os estados do MA, BA, CE, PA e AM conjugam elevado déficit absoluto e relativo, uma vez que estão situados nos dois piores quartis destes indicadores (Anexo – Tabela 3). Já os estados do PI e AP aparecem na lista porque estão posicionados no pior quartil do déficit relativo. (Anexo – Tabela 3)

Tabela 6 - Dimensão Social: Habitação (Déficit)

Estado	Ind MC	Escore	Pos	Flx+	Flx-
MA	-0,827	0,00	1	4,8	87,4
PA	-0,481	28,50	2	10,5	58,6
BA	-0,365	38,00	3	16,3	52,8
AM	-0,337	40,40	4	18,2	51,9
SP	-0,317	42,00	5	24,0	55,7
CE	-0,269	46,00	6	16,3	43,2
PI	-0,202	51,50	7	22,1	42,3
MG	-0,125	57,90	8	32,6	45,1
AP	-0,106	59,50	9	34,6	45,1
RJ	-0,096	60,30	10	32,6	42,3
TO	-0,087	61,10	11	30,7	39,4
AL	-0,087	61,10	12	24,9	33,6
PE	-0,019	66,60	13	27,8	29,8
DF	0,000	68,20	14	29,8	29,8
RN	0,010	69,00	15	28,8	27,8
PB	0,144	80,10	16	35,5	21,1
RR	0,183	83,30	17	41,3	23,0
RS	0,212	85,70	18	42,3	21,1
SE	0,221	86,50	19	39,4	17,3
GO	0,231	87,30	20	42,3	19,2
PR	0,231	87,30	21	44,2	21,1
ES	0,317	94,40	22	45,1	13,4
MT	0,317	94,40	23	46,1	14,4
MS	0,337	96,00	24	47,1	13,4
RO	0,356	97,60	25	48,0	12,4
AC	0,375	99,20	26	49,9	12,4
SC	0,385	99,90	27	50,9	12,4

Tabela 7 - Dimensão Social: Habitação (Infraestrutura)

Estado	Ind MC	Escore	Pos	Flx+	Flx-
PI	-0,534	0,00	1	11,5	64,9
TO	-0,524	0,70	2	9,1	61,5
AC	-0,500	2,70	3	12,4	62,4
MA	-0,495	3,00	4	11,0	60,5
PA	-0,462	5,80	5	12,4	58,6
RO	-0,361	13,90	6	16,3	52,4
AL	-0,308	18,20	7	15,3	46,1
MT	-0,274	20,90	8	16,3	43,7
AM	-0,197	27,10	9	21,6	41,3
BA	-0,192	27,50	10	18,7	37,9
CE	-0,183	28,20	11	20,1	38,4
AP	-0,125	32,90	12	25,9	38,4
PE	-0,101	34,80	13	22,5	32,6
MS	-0,019	41,40	14	30,2	32,2
PB	-0,019	41,40	15	26,9	28,8
GO	0,034	45,70	16	30,7	27,4
RN	0,091	50,30	17	32,2	23,0
RR	0,212	60,00	18	39,4	18,2
PR	0,274	65,10	19	41,8	14,4
ES	0,274	65,10	20	40,8	13,4
SE	0,308	67,80	21	42,7	12,0
RS	0,351	71,30	22	46,6	11,5
MG	0,356	71,70	23	46,6	11,0
SC	0,385	74,00	24	49,5	11,0
RJ	0,601	91,40	25	62,4	2,4
DF	0,702	99,60	26	70,6	0,4
SP	0,707	99,90	27	71,1	0,4

O maior déficit absoluto está associado às regiões que apresentam significativas taxas de urbanização como os estados do Sudeste e Nordeste. Além disso, observa-se, em 2007, a concentração do déficit na faixa de até três salários mínimos (89,4%), o que se repete em todas as regiões, mas de forma mais acentuada no Nordeste (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2006). Por sua vez, o déficit relativo se concentra nas regiões Norte (16,7%) e Nordeste (15 %).

A tabela 7, referente ao ordenamento dos serviços de infraestrutura, revela que, dentre os dez estados em pior posição, predominam os estados da região Norte (TO, AC, PA, RO e AM) e Nordeste (PI, MA, AL e BA)¹⁹. Em contraposição, entre os dez estados melhores posicionados, além do

19 A análise dos indicadores relativos à infraestrutura de serviços revela que os estados do Nordeste (MA, PI, BA, AL e CE) e do Norte (PA, TO, AM, AC e RO) - piores posicionados – situam-se nos dois piores quartis dos indicadores referentes à coleta de lixo e iluminação rural (Anexo – Tabela 3). Ademais, estes estados do Nordeste e Norte também estão nos

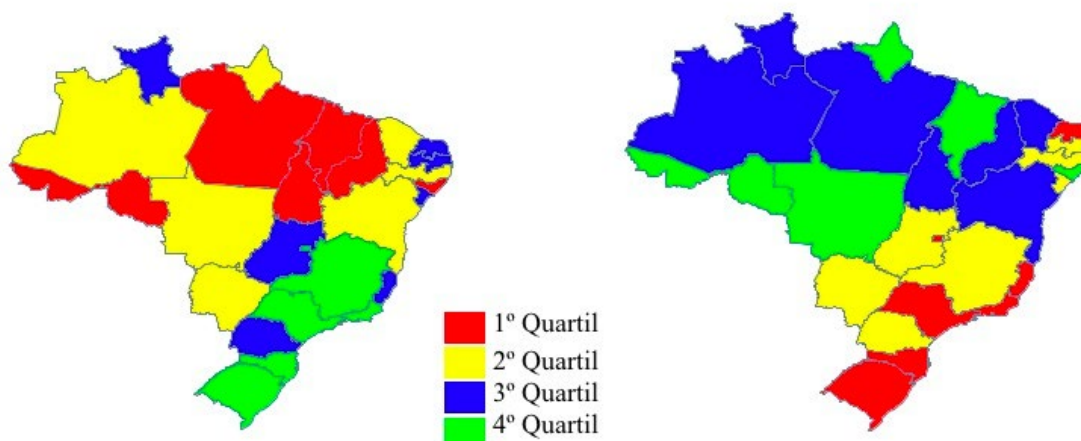
DF, estão todos os estados da região Sudeste e Sul. Por fim, ainda entre os dez estados melhores posicionados, destaca-se a presença de um estado do Nordeste (SE) e outro do Norte (RR) que apresentam indicadores que destoam dos índices de suas respectivas regiões.

Os baixos índices de atendimento dos serviços de saneamento observados na região Norte e Nordeste podem ser associados ao fato de serem regiões menos beneficiadas historicamente por investimentos em infraestrutura de saneamento. Além disso, a maior predominância de municípios pequenos e com baixa capacidade técnica nestas regiões também contribui para o baixo investimento²⁰.

Os mapas a seguir comparam a situação da infraestrutura de serviços com a evolução dos índices no período de 2004 a 2008. Assim, observa-se que os estados do Norte e Nordeste, em termos gerais, apresentam a melhor evolução dos índices no período. Neste sentido, verifica-se que oito dos estados piores posicionados (TO, AC, MA, PA, RO, AL, MT e BA) figuraram nos dois melhores quartis da evolução dos índices (Mapa 5).

Mapa 4 – Situação da Infraestrutura de Serviços

Mapa 5 – Evol. Infra de Serviços



dois piores quartis no abastecimento de água, à exceção do Ceará que se situa logo após a mediana. Por outro lado, os estados do Sul e Sudeste, acrescidos do Distrito Federal, estão nos dois melhores quartis dos indicadores, exceto Santa Catarina no abastecimento de água e Paraná na iluminação rural, os quais se encontram posicionados logo após a mediana (Anexo – Tabela 3).

20 Os índices relativamente baixos de atendimento dos serviços nas regiões Norte e Nordeste, além dos fatores já citados, também podem ser relacionados à menor taxa de urbanização, dado que os serviços de saneamento se organizam em rede e acompanham o processo de urbanização. Ademais, o baixo atendimento dos serviços atinge também as regiões com população de mais baixa renda que tem menor capacidade de pagar pelos serviços, como é o caso do Norte e Nordeste. (BRITTO, 2007).

As maiores evoluções no acesso aos serviços de saneamento nas regiões Norte e Nordeste podem ser associadas ao baixo patamar de partida dos índices, bem como algum tipo de esforço no sentido de redirecionar investimentos a estas regiões.

Trabalho e rendimento

Os indicadores selecionados para avaliar a condição do trabalho e rendimento dos estados brasileiros consideraram aspectos relacionados ao grau de ocupação (taxa de desocupação), qualidade da ocupação gerada²¹ (proporção dos empregados com carteira assinada/militares/func. públicos e proporção de contribuintes para a previdência), os rendimentos (rendimento médio mensal) e o grau de distribuição da renda (índice de gini de todas as fontes da distribuição domiciliar per capita e taxa de pobreza). Ademais, consideraram-se os aspectos associados à raça e sexo no mercado de trabalho, como a razão de rendimento de brancos em relação a pretos e pardos e de homens em relação às mulheres.

O ordenamento dos estados (Tabela 8) revela que o pior quadro na área de trabalho e rendimento encontra-se na região Nordeste, a qual possui todos os seus estados situados entre as dez piores posições. Além disso, observa-se que, na comparação de indicadores dois a dois, cada um dos estados nordestinos foi mais percentualmente superado do que superou os demais estados (Tabela 8 – quarta e quinta colunas).

21 Os indicadores associados à qualidade da ocupação gerada permitiriam captar aspectos da heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro associado à economia informal, a qual envolve um conjunto de trabalhadores cuja condição tende a ser mais precária em razão de estarem em atividades em desacordo com as normas legais ou fora do alcance das instituições públicas de seguridade social.

Tabela 8 - Dimensão Social: Trabalho e rendimento (2008)

Estado	Ind MC	Escore	Pos	Flx +	Flx -
BA	-0,445	0,00	1	10,5	55,0
PE	-0,377	6,60	2	13,2	50,9
PB	-0,310	13,20	3	14,6	45,6
MA	-0,308	13,40	4	15,8	46,6
AL	-0,212	22,90	5	20,6	41,8
RN	-0,197	24,30	6	17,3	37,0
CE	-0,173	26,70	7	21,1	38,4
PI	-0,151	28,80	8	28,1	43,2
MT	-0,055	38,20	9	26,4	31,9
SE	-0,053	38,50	10	26,2	31,4
RR	-0,041	39,70	11	26,4	30,5
TO	-0,034	40,40	12	26,2	29,5
PA	-0,026	41,10	13	27,4	30,0
DF	0,022	45,80	14	38,9	36,7
AM	0,024	46,00	15	28,8	26,4
AC	0,026	46,30	16	31,0	28,3
MS	0,039	47,50	17	31,7	27,8
ES	0,101	53,60	18	32,6	22,5
MG	0,118	55,30	19	34,6	22,8
AP	0,125	56,00	20	38,9	26,4
GO	0,132	56,70	21	35,0	21,8
RJ	0,197	63,10	22	43,9	24,2
SP	0,226	65,90	23	44,9	22,3
RO	0,238	67,10	24	41,3	17,5
RS	0,243	67,60	25	42,3	18,0
PR	0,320	75,10	26	45,6	13,7
SC	0,572	99,90	27	63,9	6,7

Os estados do Nordeste estão mal posicionados porque estão nos dois piores quartis dos indicadores associados ao rendimento, geração de emprego formal e pobreza, bem como da desigualdade da renda, exceto o Maranhão (Anexo - Tabela 4). Desta forma, o pior posicionamento da região Nordeste na área de trabalho e rendimento pode ser associado à existência de um mercado de trabalho mais desestruturado, no qual se observam maior informalidade e menores remunerações em relação às demais regiões do país.

Os estados do Sul do país, por sua vez, apresentam um mercado de trabalho mais estruturado e se destacam ao ocuparem as três primeiras posições no ordenamento (Tabela 8). Neste aspecto, em relação à média brasileira, os estados desta região conjugam baixa desocupação e geração de empregos de boa qualidade²².

Os estados do Sudeste também estão entre as dez melhores posições no ordenamento referente ao trabalho e rendimento (Tabela 8). Embora os estados com grande região metropolitana como São Paulo e Rio de Janeiro apresentem elevada desocupação (piores quartis), observa-se que, a

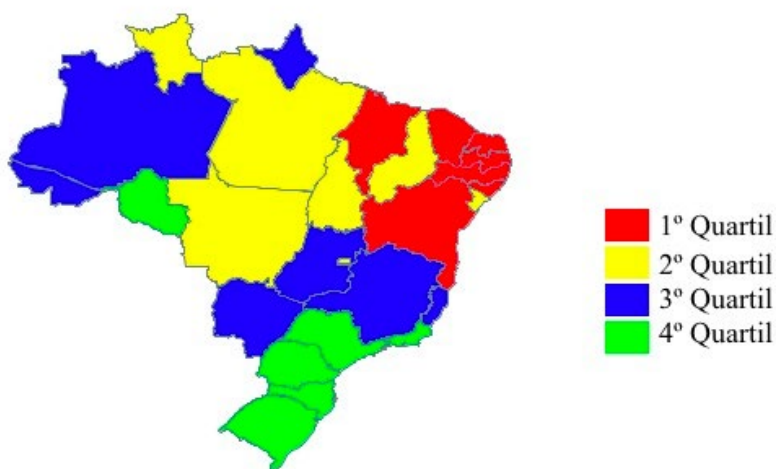
22 A conjugação de baixa desocupação e geração de empregos de qualidade na região Sul pode ser verificada pela análise dos indicadores, os quais permitem observar que os estados desta região ocupam o melhor quartil dos indicadores de rendimento médio mensal, taxa de desocupação, proporção de empregados com carteira assinada e contribuintes para previdência, bem como o índice de gini da desigualdade de todas as rendas (Anexo - tabela 4).

concentração espacial do parque industrial nesta região favoreceu, em relação à média nacional, uma maior estruturação do mercado de trabalho diretamente relacionada às ocupações urbanas nos setores industriais, de comércio e de serviços²³.

A região Norte apresenta os estados de Rondônia e Amapá entre os dez melhores (Tabela 8). Neste caso, destaca-se Rondônia como área de expansão da fronteira agrícola e que está posicionada nos dois melhores quartis de todos os indicadores selecionados (Anexo - Tabela 4).

O mapa 6 revela o pior quadro de emprego e renda na região Nordeste, a qual possui todos os seus estados situados nos dois piores quartis. Por sua vez, observa-se a situação mais favorável na região Centro-Sul, a qual possui a maioria dos seus estados posicionados nos dois melhores quartis, à exceção do Distrito Federal e Mato Grosso. Ainda observa-se a situação favorável de alguns estados do Norte como Rondônia, Acre, Amazonas e Amapá, os quais se situam nos dois melhores quartis.

Mapa 6 – Situação do Trabalho e Rendimento



A observação de um subconjunto de indicadores revela, porém, que a região Nordeste apresentou uma evolução favorável dos índices acima da média nacional entre 2004 e 2008, apesar de apresentar pior quadro estrutural em relação ao trabalho e renda²⁴. No contexto de política de valorização do salário mínimo e elevação das transferências, observa-se que, entre 2004 e 2008, foi a

23 A melhor estruturação do mercado de trabalho da região Sudeste em relação à média nacional pode ser observada pelo fato destes estados estarem posicionados nos dois melhores quartis da distribuição dos indicadores de rendimento médio, formalização e pobreza (Anexo – tabela 4).

24 Cabe observar que a tendência era que os estados do Centro-Sul apresentassem taxas de variação abaixo das demais regiões, já que possuem uma situação inicial mais estruturada no mercado de trabalho.

região que mais evoluiu em relação à renda domiciliar per capita e obteve o segundo melhor desempenho em termos de geração de empregos formais. Ademais, o Nordeste registrou a maior queda em pontos da pobreza, apesar de apresentar ainda o maior patamar de proporção de domicílios pobres do país.

Tabela 9 - Dimensão Social: Saúde (Evolução dos Indicadores 2004 - 2008)

Região	Renda Domiciliar per capita			Empregados c/ carteira e militares/func.publ				Proporção de Domicílios Pobres			
	2004	2008	08-00 (%)	2004	2008	(ptos perc.	08-04 (%)	2004	2008	(ptos perc.	08-04 (%)
Norte	378,4	470,5	124,3	55,7	61,4	5,7	110,2	37,6	25,5	-12,1	67,7
Nordeste	318,3	421,0	132,3	52,3	56,3	3,9	107,5	48,6	34,2	-14,4	70,3
Sudeste	676,5	837,3	123,8	72,5	76,7	4,2	105,8	16,9	9,5	-7,4	56,3
Sul	693,2	844,2	121,8	74,8	76,8	2,0	102,7	15,9	9,5	-6,4	59,7
Centro-Oeste	632,3	833,9	131,9	64,9	70,3	5,4	108,4	17,0	10,0	-7,0	58,8
Brasil	550,8	689,6	125,2	66,9	70,7	3,8	105,7	26,4	17,2	-9,2	65,1

Fonte: IBGE e IPEA

Segurança

A análise completa na área de segurança deveria levar em conta os seguintes aspectos: segurança pública, justiça criminal²⁵ e execução penal. Além disso, deve-se levar em conta a questão dos direitos humanos que permeia cada um dos aspectos mencionados.

A seleção de indicadores para área de segurança, no entanto, limitou-se a considerar a dimensão do crime contra a vida (taxa de homicídio por mil habitantes), bem como o crime contra o patrimônio (taxa de ocorrência de roubos e furtos por mil habitantes). Em relação ao coeficiente de mortalidade por homicídios, desagregou-se este índice para população masculina na faixa de 15 a 24 anos, uma vez que se verifica a tendência de crescimento da taxa de mortalidade por homicídios nos estratos dos jovens adultos masculinos. No entanto, cabe ressaltar, que, em razão da inexistência de dados confiáveis ou a impossibilidade de desagregação das informações no âmbito estadual, foram deixadas de lado outras diversidades de crimes como o crime contra o sistema financeiro, economia popular, atividades relacionadas ao crime organizado e/ou conflitos intersubjetivos observados, por exemplo, no trânsito.

25 A análise da eficiência da justiça criminal, por meio da seleção de indicadores, também se revelou problemática devido à própria complexidade da estrutura e justiça criminal organizada no âmbito federal e estadual e composta pela justiça especializada (justiça do trabalho, eleitoral e militar) e comum. Por outro lado, observa-se também a inexistência de dados nesta área ou organização da informação por regiões da justiça e não na escala estadual. Ademais, a avaliação da eficácia do sistema judicial exigiria o acompanhamento de todo o ritual da justiça desde a abertura do inquérito, o que exigiria a integração da base de dados.

A avaliação da área de segurança pública mostrou-se problemática devido a pouca disponibilidade de dados, bem como a inexistência, até o momento de elaboração do trabalho, da pesquisa de vitimização nacional que supriria a lacuna de informações nesta área. Por sua vez, observa-se também uma série de outros problemas associados: ausência de integração da base de dados, ausência de sistemática de coleta de dados nas unidades administrativas e o subregistro²⁶ das ocorrências policiais.

A tabela a seguir traz a comparação entre os resultados do ordenamento referentes aos crimes contra a vida e patrimônio²⁷.

Tabela 10 - Dimensão Social: Segurança Pública (Tx Homicídio)						Tabela 11 - Dimensão Social: Segurança Pública (Roubos e furtos)					
Estado	Ind MC	Escore	Pos	Flx +	Flx -	Estados	Ind MC	Escore	Pos	Flx +	Flx -
AL	-0,952	0,00	1	0,0	95,1	DF	-0,980	0,00	1	0,0	97,9
PE	-0,904	2,80	2	1,9	92,3	RS	-0,710	17,50	2	5,9	76,9
ES	-0,885	3,90	3	2,8	91,3	SP	-0,590	25,30	3	7,9	66,9
RJ	-0,798	9,00	4	8,6	88,4	CE	-0,420	36,30	4	13,9	55,9
DF	-0,298	38,60	5	18,2	48,0	RO	-0,320	42,80	5	15,9	47,9
PR	-0,289	39,20	6	18,2	47,1	AC	-0,280	45,40	6	17,9	45,9
PA	-0,279	39,70	7	18,2	46,1	RJ	-0,270	46,10	7	21,9	48,9
MS	-0,250	41,40	8	19,2	44,2	GO	-0,180	51,90	8	19,9	37,9
AP	-0,221	43,10	9	21,1	43,2	AP	-0,170	52,50	9	19,9	36,9
MT	-0,077	51,70	10	24,9	32,6	PA	-0,080	58,40	10	29,9	37,9
GO	-0,058	52,80	11	26,9	32,6	RR	-0,070	59,00	11	30,9	37,9
BA	-0,010	55,60	12	28,8	29,8	MT	-0,020	62,30	12	26,9	28,9
RR	0,019	57,30	13	29,8	27,8	RN	0,050	66,80	13	28,9	23,9
SE	0,019	57,30	14	29,8	27,8	BA	0,060	67,50	14	29,9	23,9
RO	0,058	59,60	15	30,7	24,9	SC	0,120	71,40	15	35,9	23,9
CE	0,106	62,50	16	33,6	23,0	MG	0,180	75,30	16	38,9	20,9
MG	0,154	65,30	17	35,5	20,1	MS	0,190	75,90	17	39,9	20,9
PB	0,164	65,90	18	35,5	19,2	AM	0,200	76,60	18	38,9	18,9
AM	0,221	69,30	19	37,4	15,3	PE	0,260	80,50	19	43,9	17,9
RS	0,308	74,40	20	43,2	12,4	ES	0,300	83,10	20	43,9	13,9
RN	0,404	80,10	21	50,9	10,5	TO	0,330	85,00	21	44,9	11,9
AC	0,452	82,90	22	52,8	7,6	AL	0,440	92,20	22	52,9	8,9
MA	0,481	84,60	23	56,7	8,6	PI	0,440	92,20	23	52,9	8,9
SP	0,567	89,70	24	62,4	5,7	MA	0,450	92,80	24	52,9	7,9
TO	0,596	91,40	25	63,4	3,8	PB	0,510	96,70	25	56,9	5,9
SC	0,731	99,40	26	74,0	0,9	SE	0,560	99,90	26	60,9	4,9
PI	0,740	99,90	27	74,9	0,9						

26 O subregistro das informações deve-se, de um lado, a estruturação deficitária de alguns dos órgãos estaduais de segurança pública. Por outro lado, depende da disposição das vítimas de acionarem a polícia, o que está diretamente associado à baixa credibilidade na eficiência do sistema de justiça criminal, receio de retaliação do infrator, ausência de reconhecimento sobre a importância do registro para as políticas de segurança e resistência da autoridade policial para o registro do crime (FERREIRA;FONTOURA,2008).

27 A comparação dos resultados traz alguns limites devido à disponibilidade de dados. Assim, os dados de homicídios foram extraídos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde e se referem ao ano de 2007, já os dados em relação ao crime contra o patrimônio foram extraídos da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e se referem a 2005, o qual era o ano que trazia mais desagregações por estados. Por fim, cabe apontar que o estado do Paraná não aparece no ordenamento dos crimes contra o patrimônio, já que não informou sobre as taxas de roubos e furtos à SENASP em 2005.

Os resultados do ordenamento revelam que os diferentes tipos de violência criminal atingem indiscriminadamente todo o país, uma vez que todas as regiões possuem representantes na lista dos dez piores estados posicionados, tanto no crime contra a vida, quanto contra o patrimônio.

A comparação entre os resultados dos ordenamentos ainda permite observar que os estados do RJ, DF, PA e AP aparecem na lista dos dez piores, tanto em relação aos crimes contra a vida, quanto em relação aos crimes contra o patrimônio. Já os estados de AL, PE, ES e MS aparecem posicionados entre os dez piores em relação ao crime contra a vida, enquanto que estão situados entre os dez melhores estados em relação aos crimes contra o patrimônio.

A avaliação específica dos resultados do ordenamento do crime contra a vida deve ser realizada tendo em vista que as taxas de homicídios embutem fenômenos distintos e com dinâmicas peculiares, as quais traduzem comportamentos variados, conforme o contexto específico (BEATO, 2007). Desta forma, encontram-se estados mal posicionados por estarem associados a áreas de violência rural e tradicional (PA, MS, AP e MT) ou a contextos metropolitanos, como por exemplo, PE, ES, RJ. Ademais, entre os dez piores posicionados, também se observa a disseminação da violência para áreas do interior, como por exemplo, nos estados PE, ES, RJ ou PR²⁸.

Os dados referentes aos homicídios ainda chamam atenção para as elevadas taxas de mortalidade da população jovem masculina (93,8), a qual é cerca de 3,6 vezes maior que o total geral do país (Anexo – tabela 5). Neste caso, destaca-se a violência praticada contra os jovens nas camadas populares das regiões metropolitanas.

A prevalência da desigualdade de condições socioeconômicas e de dificuldade de acesso aos serviços públicos nas grandes áreas metropolitanas, embora por si só não possam ser diretamente associadas à violência, parecem ser uma condição necessária ao criar um ambiente social mais propício à criminalidade. Ademais, o contexto favorável à criminalidade intensifica-se, quando a esta desigualdade e pobreza se soma a dissolução dos laços sociais característicos dos grandes centros. Desta forma, conforme apontado por Beato (2007, pg 185) “o tamanho da população é uma das variáveis mais importantes, explicitando a ideia do anonimato nos centros urbanos maiores e conseqüente grau de controle menor sobre a atividade das pessoas”.

A dificuldade em debelar os altos níveis de criminalidade em grandes centros urbanos brasileiros também, em parte, pode ser associada aos problemas institucionais e de forma de atuação dos órgãos que compõem o sistema de segurança pública.

O mapa 7 revela que o crime contra a vida está espalhado por todas as regiões que possuem ao menos um estado situado nos dois piores quartis. No caso do Centro-Oeste, não há nenhum estado situado nos dois melhores quartis. Já o mapa do crime contra o patrimônio revela que os estados

28 Os estados ainda podem combinar a violência associada a contextos metropolitanos com a violência tradicional e/ou com a expansão da criminalidade para as cidades de porte médio. Cabe apontar ainda, a expansão da violência para as cidades de médio porte dos estados de SP, MG, GO e RS, entre outras (BEATO, 2007).

no melhor quartil estão exclusivamente na região Nordeste que também possui o Rio Grande do Norte e Bahia no segundo pior quartil.

Mapa 7 – Crime contra a vida



Mapa 8 – Crime Contra o patrimônio



Dimensão Econômica

Peso econômico, dinamismo e redução das desigualdades

A seleção de indicadores na dimensão econômica procurou, de um lado, captar o peso econômico dos estados. Por outro lado, procurou-se utilizar dados que permitissem cotejar o dinamismo econômico dos estados com a redução da desigualdade no período de 2002 a 2007. Desta forma, o peso econômico dos estados estaria associado à ideia do nível de produção e renda, enquanto o dinamismo econômico estaria associado à ideia de evolução temporal.

A expressão econômica dos estados seria captada por dois indicadores: a participação dos estados no Produto Interno Bruto (PIB)²⁹ e o PIB per capita³⁰. Já o dinamismo econômico foi mensurado pela taxa de crescimento real do PIB, enquanto que a distribuição da renda foi captada pelo índice de gini. Ao conjugarem-se indicadores de crescimento e distribuição de renda, seria possível

29 A participação dos estados no PIB nacional permite também avaliar as disparidades regionais existentes no país.

30 O PIB per capita pode ser “comumente utilizado como um indicador síntese do nível de desenvolvimento de um país – ainda que insuficiente para expressar, por si só, o grau de bem-estar da população, especialmente em circunstâncias de desigualdade na distribuição de renda” (IBGE, 2008). No caso do PIB per capita, este ainda permite cotejar a renda gerada com o tamanho da população do estado.

mensurar a qualidade do crescimento, ou seja, se o dinamismo econômico, quando existente, seria acompanhado por um processo de distribuição de renda.

Os resultados do ordenamento (Tabela 12) apontam para o peso econômico da região Centro-Sul do país, a qual possui todos seus estados entre as dez economias de maior expressão no país, à exceção do MS (13°). Neste caso, o padrão de desenvolvimento do país redundou numa concentração das atividades produtivas numa estreita faixa litorânea. Em contrapartida, observa-se a predominância dos estados do Nordeste (PI, AL, PB, MA, RN, SE) e Norte (AC, TO, AP, RR) entre os dez piores (Tabela 12). Apesar da predominância dos estados do Norte e Nordeste, cabe apontar o peso econômico de alguns estados destas regiões como BA (11° melhor posicionado) e PE (14°) no Nordeste e AM (12° melhor posicionado) e PA (15° melhor posicionado) no Norte.

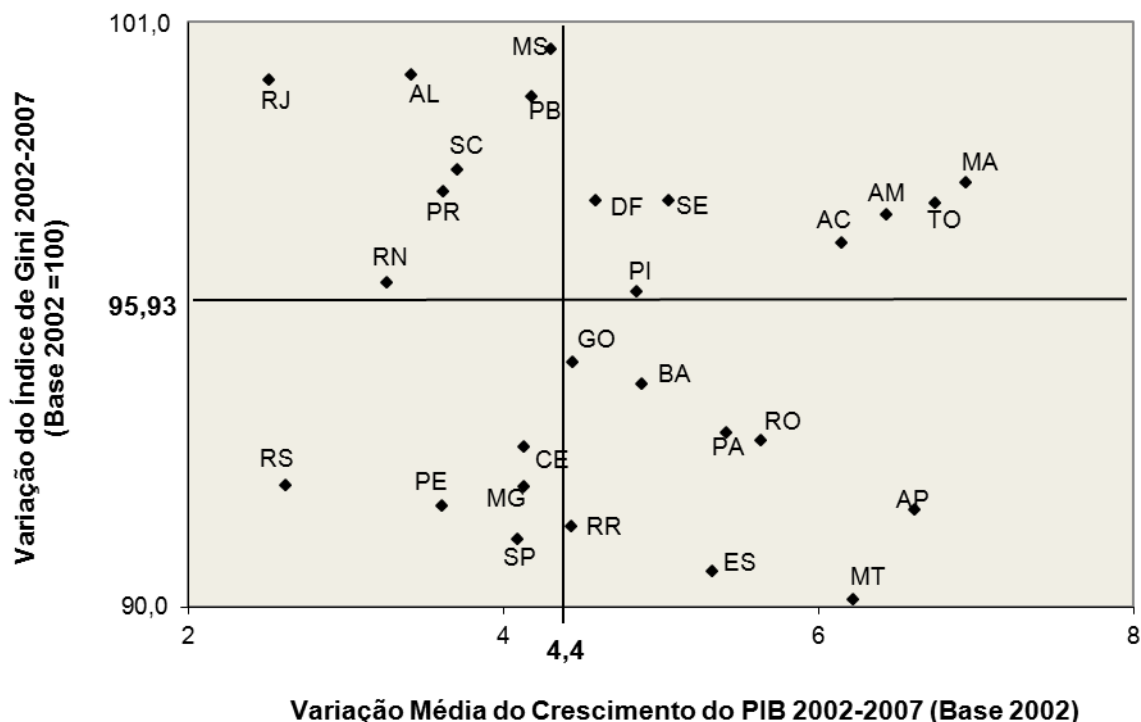
Tabela 12 - Dimensão Econômica: Peso das Economias

Estado	Ind MC	Escore	Pos	Flx +	Flx -
PI	-0,548	0,00	1	3,8	58,6
AL	-0,452	6,60	2	7,6	52,8
AC	-0,414	9,20	3	8,6	49,9
PB	-0,404	9,90	4	9,6	49,9
MA	-0,404	9,90	5	10,5	50,9
TO	-0,375	11,90	6	11,5	49,0
AP	-0,337	14,50	7	11,5	45,1
RR	-0,337	14,50	8	11,5	45,1
RN	-0,317	15,80	9	12,4	44,2
SE	-0,308	16,50	10	13,4	44,2
CE	-0,289	17,80	11	15,3	44,2
RO	-0,250	20,50	12	15,3	40,3
PA	-0,221	22,50	13	18,2	40,3
PE	-0,164	26,40	14	20,1	36,5
MS	-0,048	34,40	15	24,9	29,8
AM	0,000	37,70	16	26,9	26,9
BA	0,029	39,70	17	33,6	30,7
GO	0,067	42,30	18	31,7	24,9
MT	0,106	45,00	19	34,6	24,0
ES	0,308	58,90	20	48,0	17,3
SC	0,462	69,50	21	58,6	12,4
MG	0,471	70,10	22	59,6	12,4
PR	0,510	72,80	23	63,4	12,4
RS	0,587	78,10	24	69,2	10,5
DF	0,625	80,70	25	72,1	9,6
RJ	0,798	92,70	26	84,6	4,8
SP	0,904	99,90	27	92,3	1,9

As disparidades regionais - reveladas nos dados - podem ser observadas pelo fato de apenas três estados do Sudeste (SP, RJ e MG) concentrarem pouco mais da metade da produção nacional (54,1% - Anexo – Tabela 6). Neste sentido, apenas São Paulo concentra pouco mais de um terço da produção nacional (33,9%), o que reflete processos socioeconômicos de concentração das atividades econômicas nesta porção do território (Anexo – Tabela 6). Por sua vez, observa-se a diferença de dez vezes entre o maior PIB per capita do país (DF) e o menor (PI) (Anexo – Tabela 6).

O gráfico seguinte coteja o crescimento econômico médio verificado nos estados com a evolução do índice de gini no período entre 2002 e 2007³¹. No caso do índice de gini, observa-se uma melhora em todos os estados, à exceção do Mato Grosso do Sul. Em relação aos dez estados piores posicionados em termos econômicos (Tabela 12), observam-se dois estados (AP e RR) com taxas de crescimento acima da mediana (4,4) e redução do índice de gini mais acelerada que a mediana nacional (95,93). Por outro lado, verifica-se um conjunto de estados com taxas de crescimento acima da mediana, mas com queda da desigualdade menor que a mediana do país (PI, AC, MA, TO e SE). Por fim, o contexto revela-se mais preocupante para os estados que conjugaram crescimento inferior à mediana com a redução da apropriação da renda pela camada mais pobre da população (AL, PB e RN).

Gráfico 1 – Crescimento econômico x Índice de Gini



Fonte: IPEA e IBGE

Ciência e Tecnologia

A construção da dimensão de Ciência e Tecnologia (C&T) na matriz considerou dois grupos de dados: indicadores de insumo e indicadores de resultados. Em relação aos indicadores de insumo, buscou-se captar aspectos associados ao esforço empreendido em Pesquisa e Desenvolvimento

31 Os dados do índice de gini de 2002 a 2003 não incluem a área rural da região Norte.

(P&D) por meio de dados referentes aos recursos financeiros (percentual de investimento em P&D dos estados em relação à receita total) e recursos humanos (percentual de pesquisadores cadastrados no Grupo de Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico³² – CNPq - em relação ao total do país). Ademais, procurou-se verificar também o esforço de articulação entre empresas e pesquisadores por meio do indicador da porcentagem dos grupos estaduais de pesquisa que se relacionaram com empresas em relação ao total do país. Já no caso dos indicadores de resultado, buscou-se avaliar a produção científica (número de publicações indexadas na base do *Institute for Scientific Information* (ISI) e tecnológica (número de patentes depositadas pelos estados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI).

O levantamento de dados na área de ciência e tecnologia³³ historicamente concentrou-se nos indicadores de insumos, os quais possuem uma série mais longa e detalhada. No entanto, mesmo em relação aos indicadores de insumos, permanecem algumas limitações, como no caso do dispêndio em ciência e tecnologia, em que não foi possível utilizar dados sobre o gasto do governo federal nos estados, uma vez que a maior parte dos registros nesta área não é regionalizada. Além disso, também não foi possível avaliar o dispêndio das empresas privadas em Pesquisa e Desenvolvimento, a interação entre empresas e universidades e o impacto das inovações, já que a construção da amostra da Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC) permite apenas a divulgação de dados das unidades da federação com participação superior a 1% no Valor da Transformação Industrial do país³⁴.

As tabelas a seguir trazem os resultados do ordenamento dos indicadores de insumo e de resultado.

As informações do CNPq a respeito da interação entre os diretórios de grupos de pesquisa e os setores produtivos buscam, então, suprir a ausência de informações da PINTEC, para todas as unidades da federação, sobre relação entre universidade e empresas que tem sido considerada uma das grandes debilidades do sistema de inovação do país. Neste caso, a utilização de informações sobre a interação entre grupos de pesquisa e empresas pretende avaliar em que medida o setor produtivo e a academia superam a visão “linear”³⁵ de ciência e tecnologia.

32 O diretório de pesquisa, conforme aponta Albuquerque (2006), apresenta-se como: “um projeto desenvolvido pelo CNPq desde 1992 para reunir e organizar informações que observam atividades de pesquisa no Brasil. O conceito de grupo de pesquisa é: um grupo de pesquisadores, estudantes e equipes de suporte técnico que é organizado ao redor de execuções de linhas de pesquisa que seguem uma lei hierárquica baseada na especialidade e na competência técnico-científica. Os membros do grupo compartilham aparelhos e localidades físicas geralmente” (pg,28).

33 A ciência está associada a um conjunto de conhecimentos obtidos através do método científico, já a tecnologia diz respeito à aplicação destes conhecimentos científicos a produção ou melhora de bens ou serviços.

34 O ponto a ser observado em relação à P&D diz respeito a forte interação entre grupo de pesquisas e empresas em que não se verifica uma separação estanque entre “produtores de ciência” e quem desenvolve a tecnologia. Neste caso, Albuquerque (2006) destaca a forte interação entre ciência e tecnologia, na qual a ciência cria ideias ou faz descobertas que podem ser exploradas pelo setor industrial. Por sua vez, o desenvolvimento tecnológico fornece uma fonte de questões e problemas para o esforço científico, o que contribui para a formulação de uma agenda para a ciência.

35 A visão linear postula que a pesquisa básica forneceria insumos para a pesquisa aplicada que posteriormente seria “traduzida” em novas tecnologias.

Tabela 14 - Dimensão Econômica: C&T (Ind. de resultado)

Estado	Ind MC	Escore	Pos	Fix +	Fix -
AP	-0,596	0,00	1	0,0	59,6
AC	-0,548	3,00	2	0,9	55,7
TO	-0,539	3,60	3	1,9	55,7
RR	-0,519	4,80	4	3,8	55,7
RO	-0,481	7,20	5	4,8	52,8
PI	-0,462	8,40	6	5,7	51,9
MA	-0,385	13,20	7	9,6	48,0
SE	-0,308	18,00	8	14,4	45,1
AL	-0,250	21,60	9	17,3	42,3
MS	-0,250	21,60	10	17,3	42,3
MT	-0,221	23,40	11	18,2	40,3
RN	-0,173	26,50	12	21,1	38,4
AM	-0,115	30,10	13	24,0	35,5
PA	-0,096	31,30	14	24,9	34,6
PB	-0,077	32,50	15	25,9	33,6
ES	-0,048	34,30	16	27,8	32,6
CE	0,010	37,90	17	30,7	29,8
GO	0,010	37,90	18	30,7	29,8
PE	0,077	42,10	19	33,6	25,9
DF	0,115	44,50	20	35,5	24,0
BA	0,173	48,10	21	41,3	24,0
SC	0,529	70,40	22	67,3	14,4
PR	0,731	83,10	23	83,6	10,5
MG	0,789	86,70	24	87,4	8,6
RJ	0,789	86,70	25	88,4	9,6
RS	0,846	90,30	26	91,3	6,7
SP	1,000	99,90	27	99,9	0,0

Os resultados do ordenamento dos indicadores de insumo permitem observar um quadro favorável à região Sul e Sudeste, as quais possuem seus estados entre os dez melhores posicionados (SP, RJ, PR, MG, RS e SC), exceto o Espírito Santo (ES) que destoa da região e figura entre os dez piores posicionados (Tabela 13). Ainda se observa, entre os dez melhores posicionados, três estados do Nordeste (BA, CE e PE), os quais coincidem com os estados de base econômica mais robusta na região, quando se considera sua participação no PIB do país (Anexo – Tabela 6). Em contrapartida, o pior quadro está concentrado na região Norte com cinco representantes entre os dez piores (RO, AP, AC, TO e RR). Neste caso, as exceções são os estados do Amazonas (10º melhor posicionado) e do Pará (13º melhor posicionado) que destoam do quadro geral da região (Tabela 13).

A distribuição territorial dos indicadores de insumo em pesquisa e desenvolvimento apresenta um padrão de concentração que pode ser verificado em relação aos dados dos grupos de pesquisa, no qual um quarto destes grupos se concentra no estado de SP, ao passo que, 69% deles se concentram no Sul e Sudeste do país (Anexo – Tabela 7) ³⁶.

36 Os estados do Sul e Sudeste posicionados entre os dez melhores (SP, RJ, PR, MG, RS e SC) se encontram nos dois melhores quartis dos indicadores (Anexo – Tabela 7). Cabe ainda destacar o estado da Bahia que ocupa o melhor quartil em todos os indicadores de insumo (Anexo – Tabela 7). Em contrapartida, os três piores estados do Norte posicionados (RO, AP e AC) estão nos dois piores quartis dos indicadores de insumo, o que revela, por exemplo, o baixo aproveitamento das oportunidades associadas à biotecnologia que dispõe a região (Anexo – Tabela 7).

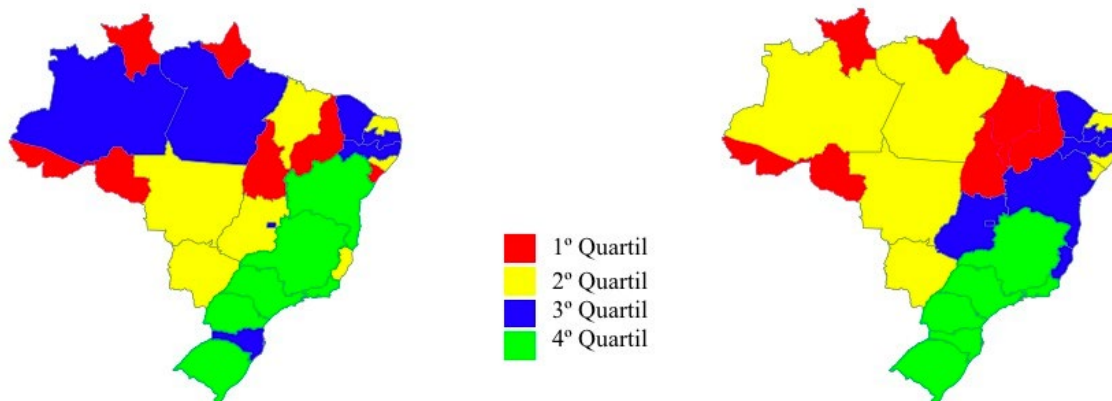
O ordenamento dos indicadores de resultado em ciência e tecnologia (Tabela 14) indica uma concentração da produção científica e tecnológica nas regiões Sul e Sudeste que apresentam seus estados posicionados entre os dez melhores com exceção do Espírito Santo (12º melhor posicionado). Neste sentido, observa-se que, no período de 1998 a 2002, os estados do Sul e Sudeste concentravam pouco mais de 62% da produção científica e cerca de 91% da produção tecnológica do país em 2008, quando se considera como parâmetro apenas o indicador de patentes depositadas (Anexo – Tabela 7). Por sua vez, os estados do Norte apresentam o pior desempenho, uma vez que ocupam as cinco piores posições na matriz (AP, AC, TO, RR e RO).

O caso de São Paulo na área de ciência e tecnologia revelou-se a maior superioridade em toda matriz, uma vez que o estado aparece em primeiro lugar em todos os indicadores (Anexo – Tabela 7). Ademais, esta superioridade manifesta-se particularmente no caso da “produção tecnológica” em que as empresas e instituições localizadas em São Paulo respondem por 45 % das patentes do país depositadas em 2008 (Anexo – Tabela 7). Neste sentido, a superioridade de São Paulo na produção tecnológica pode ser associada ao fato do estado possuir o maior número de empresas de classes com maior propensão patentear (ALBUQUERQUE, 2006).

Os mapas a seguir revelam grande aderência entre os esforços despendidos em P&D e os resultados da produção científica e tecnológica, ainda que não se possa estabelecer uma relação direta de causalidade, bem como se observe discrepâncias entre os períodos dos indicadores utilizados. Neste caso, cinco estados posicionados no melhor quartil dos indicadores de insumo também estão no melhor quartil dos indicadores de resultado (SP, RS, RJ, MG e PR,). Já seis estados posicionados no pior quartil dos indicadores de insumos (RO, AP, AC, PI, TO e RR) também estão posicionados no pior quartil da produção científica e tecnológica.

Mapa 9 – Insumo C&T

Mapa 10 – Resultado C&T



Transporte de Cargas

O setor de transporte aparece como exemplo da interpenetração das diversas dimensões do desenvolvimento quando se tem como referência o paradigma da sustentabilidade. Neste sentido, a evolução do setor de transporte guarda estreita relação com o ordenamento territorial, meio-ambiente e desenvolvimento econômico.

A organização do setor de transporte traz, portanto, profundas implicações para a organização territorial e desenvolvimento econômico, já que a estruturação da infraestrutura de transportes em regiões menos desenvolvidas pode influenciar a implementação de unidades produtivas, bem como pode integrar estas porções do território ao restante do país. Por outro lado, a distribuição das atividades produtivas no território também repercute sobre o setor de transportes, uma vez que o adensamento da produção em espaços delimitados acaba por induzir o desenvolvimento da infraestrutura de transportes em razão dos ganhos oriundos na racionalização da movimentação de mercadorias.

O outro aspecto a ser considerado refere-se à relação entre a matriz de transportes e o meio-ambiente. Neste sentido, o setor de transportes pode ser responsável por uma série de externalidades negativas com impactos sobre a flora e fauna de uma região, emissão de gases poluentes, poluição sonora e esgotamento de recursos energéticos não renováveis. No caso brasileiro, o modelo de transporte do país centrado nas rodovias³⁷ e as péssimas condições de conservação da infraestrutura ainda agravam os efeitos ambientais, já que o modal rodoviário aparece como fonte de emissão de gases poluentes além de ser o mais ineficiente do ponto de vista do consumo de energia³⁸.

A aplicação da mesma lógica de construção da matriz ao setor de transporte torna-se mais problemática, uma vez que, dado a interconectividade dos fluxos de pessoas e mercadorias entre as regiões, não se pode fazer uma análise do setor a partir de um único estado sem que se considere uma visão de futuro integrada do território nacional e as projeções futuras dos fluxos de comércio entre as regiões. Contudo, o que se pretendeu com a seleção de indicadores para o setor foi identificar alguns aspectos relacionados às condições gerais do transporte de cargas nos estados, os quais pudessem apontar para possíveis obstáculos ao desenvolvimento da região.

37 A concentração da matriz de transportes do país em favor do modal rodoviário é reflexo de uma política deliberada que foi especialmente potencializada com o Plano de Metas de Kubitscheck, o qual privilegiava a construção de rodovias como forma de estimular a indústria automobilística e mesmo como símbolo da modernidade (BARAT, 2006). Ademais, o desenvolvimento da infraestrutura rodoviária foi possível porque houve a criação de mecanismos de financiamento como fundos formados pela arrecadação de imposto sobre combustíveis e lubrificantes, bem como imposto sobre serviços rodoviários de transportes de cargas e de passageiros. (IPEA, 2010)

38 O modelo centrado no modal rodoviário também gera efeitos econômicos associados à elevação do custo de frete e redução da competitividade. Neste contexto, os grandes desafios que se colocam ao país referem-se à desconcentração do modal de transporte em favor das ferrovias e hidrovias, bem como a recuperação da malha de transportes que foi degradada a partir dos anos 80 com a desestruturação dos mecanismos de financiamento dos investimentos públicos e dos órgãos públicos de planejamento na área de transporte.

A seleção dos indicadores³⁹ para o setor de transportes nos estados visou captar aspectos associados ao desenvolvimento do setor (participação do setor de transporte, armazenagem e setor de correio no PIB), densidade da malha (rodoviária total, rodoviária pavimentada e ferroviária), estado de conservação (porcentagem das rodovias em péssimo estado de conservação), equipamentos da matriz de transporte (idade média da frota de caminhões) e diversificação da matriz de transportes⁴⁰ (proporção de terminais intermodais de carga).

Os resultados do ordenamento para o transporte de cargas apontam para a diferenciação regional existente entre o Norte e o Sul do país (Tabela 15). Neste contexto, observa-se a precária situação do transporte de cargas na região Norte que possui seis estados (RO, RR, AC, AM, PA e AP) na lista dos dez piores estados posicionados, a qual ainda apresenta dois estados do Centro-Oeste (MT e GO) e dois da região Nordeste (BA e PI). Cabe ainda observar que os estados do Norte e Centro-Oeste, à exceção do Distrito Federal, são individualmente mais superados que superam os estados na comparação dos indicadores (Tabela 15 – Coluna Flx + e Flx-). Em contrapartida, os dados revelam a forte concentração da malha de transportes na região Sul e Sudeste. Neste sentido, observa-se que todos os estados do Sul e Sudeste estão entre os dez melhores posicionados que contam ainda com dois estados do Nordeste (AL e RN).

39 A elaboração do trabalho revelou a dificuldade de se conseguir dados importantes desagregados por estados para o setor de transportes, o que pode ser associado à desestruturação de órgãos de planejamento do setor durante a década de noventa.

40 Uma das lacunas em relação à análise do grau de diversificação da matriz de transporte refere-se ao fato de não ter sido possível identificar, para todas as unidades da federação, dados relativos ao volume de carga transportada por cada um dos modais.

Tabela 15 - Dimensão Econômica: Transporte

Estado	Ind MC	Escore	Pos	Flx +	Flx -
RO	-0,356	0,00	1	11,5	47,1
RR	-0,341	1,70	2	11,5	45,6
AC	-0,255	12,00	3	17,0	42,5
AM	-0,204	18,10	4	21,3	41,8
MT	-0,190	19,80	5	18,9	37,9
PA	-0,173	21,80	6	19,2	36,5
AP	-0,166	22,60	7	22,5	39,1
BA	-0,156	23,80	8	22,1	37,7
PI	-0,135	26,40	9	20,6	34,1
GO	-0,115	28,70	10	21,3	32,9
MA	-0,082	32,70	11	26,4	34,6
MS	-0,065	34,70	12	26,9	33,4
TO	-0,046	37,00	13	26,9	31,4
CE	0,017	44,50	14	27,8	26,2
PB	0,031	46,20	15	31,2	28,1
SE	0,034	46,50	16	34,1	30,7
PE	0,048	48,20	17	30,0	25,2
MG	0,058	49,40	18	37,7	31,9
RN	0,079	52,00	19	32,6	24,7
AL	0,089	53,10	20	35,3	26,4
RS	0,176	63,50	21	44,2	26,6
SC	0,180	64,00	22	41,8	23,7
ES	0,219	68,60	23	41,1	19,2
DF	0,257	73,20	24	43,7	18,0
RJ	0,303	78,70	25	53,8	23,5
PR	0,313	79,80	26	51,9	20,6
SP	0,481	99,90	27	63,9	15,8

O pior posicionamento dos estados do Norte e Centro-Oeste na matriz pode, entre outras razões, ser associado à baixa densidade da malha rodoviária e ferroviária, uma vez que estes estados estão nos dois piores quartis destes indicadores (Anexo – Tabela 8). Em contrapartida, os estados do Sul e Sudeste se encontram bem posicionados no ordenamento por ocuparem os dois melhores quartis dos indicadores referentes à densidade da malha rodoviária e ferroviária, participação do setor de transporte no PIB estadual e quantidade de terminais intermodais de carga (Anexo – Tabela 8).

Os resultados da localização da infraestrutura de transporte no território nacional devem ser analisados, tendo em vista o importante papel das grandes corporações globais que, ao introduzir uma nova divisão internacional do trabalho com a produção de componentes em diferentes regiões do mundo, acabam por reorganizar os espaços nacionais e, por conseguinte, toda logística de transportes. Neste contexto, conforme aponta o relatório do PNOT:

O Brasil não fugiu à regra dominante. Por um lado, instalaram-se e cresceram sobremaneira no país corporações globais, envolvendo parcelas do território nacional na sua organização. Por outro lado, empresas estatais estratégicas se expandiram tornando-se corporações globais, como é o caso da Petrobras e da CVRD, esta hoje privatizada. (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2006, pg 86).

A mesma lógica pode também ser observada no caso da expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste, Norte e algumas áreas do Nordeste (Bahia, Maranhão e Piauí). Neste contexto, observou-se, nestas regiões, a constituição de uma rede de logística organizada pelas grandes empresas do complexo agroindustrial voltada para as exportações. Desta forma, configura-se o mesmo padrão histórico de conexão da área produtora ao porto, o qual não traz grandes benefícios à inclusão social (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2006).

O mapa 11 permite observar as enormes disparidades regionais presentes na matriz de transporte brasileira, as quais podem ser visualizadas por praticamente três linhas transversais. Neste sentido, a primeira faixa transversal compreende os estados do Norte (exceto Tocantins) e Mato Grosso que estão situados no pior quartil. Já a segunda faixa traz estados do Centro-Oeste (MS e GO) e da região Nordeste, os quais estão situados no segundo pior quartil. Por fim, nas regiões próximas ao litoral, observam-se os estados do Sudeste, Sul e alguns do Nordeste (SE, AL, PE, PB e RN) que estão no melhor quartil.

Mapa 11 – Transportes



4. Dimensão Ambiental

A seleção dos indicadores na área ambiental buscou captar aspectos associados à utilização dos recursos naturais e à degradação ambiental, os quais foram agrupados nas temáticas relativas à atmosfera, água e terra.

A temática relativa à atmosfera foi avaliada pelo indicador de focos de calor por área da unidade da federação. Em relação à avaliação da questão hídrica, foram utilizados os indicadores de proporção de domicílios com acesso à rede de abastecimento de água e com coleta de esgoto ou

fossa séptica, bem como o indicador de intensidade hídrica⁴¹. Por fim, para avaliar a temática da terra, foram utilizados os indicadores de proporção de domicílios com serviço de coleta de lixo e consumo de agrotóxico por área plantada das principais culturas da unidade da federação.

A avaliação da temática ambiental foi limitada e realizada de acordo com a disponibilidade de dados no âmbito estadual⁴². Cabe ressaltar que na dimensão ambiental existem grandes lacunas na produção de estatísticas, as quais, por vezes, são pontuais e pouco sistematizadas⁴³. Ademais, a utilização de estatísticas na área ambiental revelou-se ainda mais complexa em razão da dificuldade de compatibilização entre o recorte estadual e os diferentes recortes associados à temática ambiental como, por exemplo, os biomas ou bacias hidrográficas.

O ordenamento da matriz na dimensão ambiental, a partir dos indicadores selecionados, apontou para um quadro pior na região Nordeste, já que esta região apresentou seis estados dentre os dez piores estados posicionados (AL, MA, PI, BA, CE e PE). Ainda verifica-se a presença de dois estados do Norte (To e RO) e Centro-Oeste (MT e MS) entre os dez piores estados posicionados (Tabela 16).

- 41 O indicador de intensidade hídrica foi construído a partir da relação entre o consumo de água para todos os usos (mil m³) em relação ao PIB estadual.
- 42 A limitação de dados estatísticos na área ambiental não permitiu, por exemplo, que na temática da atmosfera, fosse avaliada a emissão de gases poluentes, os quais podem ser pontualmente apurados para algumas regiões metropolitanas, mas não para o conjunto das unidades da federação. Por sua vez, em relação à qualidade das águas, verificam-se lacunas de estimativas a respeito da poluição inorgânica, já que os índices de qualidade de água, apurados em apenas estados, dizem respeito à matéria orgânica e sedimentos. Por fim, também não foram utilizados no trabalho indicadores referentes à floresta remanescente e taxa de desmatamento em função das diferentes periodicidades e/ou ausência de divulgação para alguns biomas, o que inviabilizaria, por exemplo, o cálculo da taxa de desmatamento de um estado coberto por mais de um bioma.
- 43 A precariedade na produção de informações estatísticas ambientais já vem de longa data, conforme descrevia Motta em meados da década de 90: *“a geração de indicadores ambientais é complexa porque as estatísticas ambientais não estão ainda sistematizadas como as de demografia e das atividades produtivas e muito menos integradas a estes sistemas de informações.”*. (MOTTA, 1996, pg 3).

Tabela 16 - Dimensão Ambiental

Estado	Ind MC	Escore	Pos	Flx +	Flx -
AL	-0,455	0,00	1	11,5	57,0
TO	-0,446	1,00	2	12,8	57,3
MA	-0,365	9,50	3	16,9	53,5
MT	-0,365	9,50	4	13,7	50,3
PI	-0,301	16,30	5	19,8	49,9
BA	-0,282	18,30	6	16,9	45,1
CE	-0,228	24,10	7	21,1	43,9
RO	-0,208	26,10	8	21,7	42,6
MS	-0,186	28,50	9	23,3	41,9
PE	-0,154	31,90	10	20,8	36,2
PA	-0,112	36,30	11	24,9	36,2
PB	-0,077	40,10	12	24,6	32,3
GO	-0,077	40,10	13	26,9	34,6
AC	0,000	48,20	14	32,0	32,0
RN	0,019	50,30	15	31,7	29,8
RS	0,122	61,20	16	38,4	26,2
ES	0,180	67,30	17	36,2	18,2
MG	0,192	68,70	18	39,1	19,8
SC	0,208	70,40	19	41,0	20,1
AP	0,253	75,10	20	44,8	19,5
RR	0,269	76,80	21	43,9	16,9
SP	0,272	77,20	22	50,9	23,7
PR	0,276	77,50	23	42,9	15,3
AM	0,292	79,20	24	45,5	16,3
SE	0,298	79,90	25	44,2	14,4
DF	0,388	89,40	26	55,4	16,6
RJ	0,487	99,90	27	56,4	7,6

Os resultados do ordenamento devem ser analisados à luz dos indicadores utilizados na dimensão ambiental. Cabe ressaltar que a limitação de informações, descritas anteriormente, consegue captar alguns aspectos da dimensão ambiental. Desta forma, a degradação ambiental associada a processos de urbanização e industrialização presentes, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste foram subestimados justamente pela ausência de dados de poluição atmosférica, poluição inorgânica de rios ou de desmatamento, os quais poderiam pesar num posicionamento pior destes estados.

Os estados do Nordeste, dado o conjunto de indicadores selecionados, acabaram por figurar nas piores posições por serem regiões menos contempladas historicamente por investimentos públicos na área de infraestrutura associada aos serviços de saneamento⁴⁴.

A situação dos estados do Nordeste traz um complicador quando se avalia a questão dos recursos hídricos por meio do indicador de intensidade hídrica, na qual todos os estados desta região, à exceção do SE (situado logo em seguida da mediana), aparecem posicionados nos dois piores

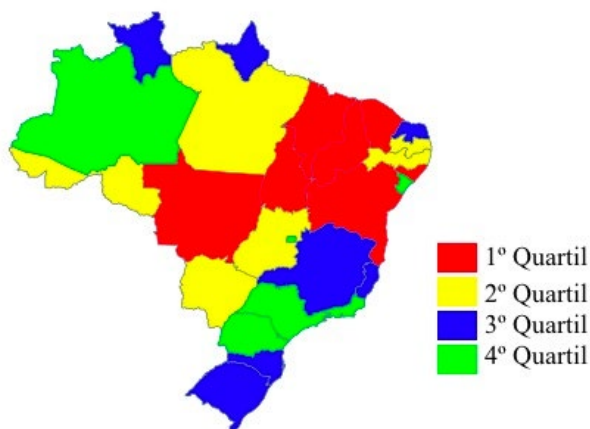
44 Os seis piores estados posicionados do Nordeste (AI, MA, PI, BA, CE e PE) encontram-se nos dois piores quartis dos indicadores associados ao saneamento, à exceção do CE que, no abastecimento de água posiciona-se logo em seguida a mediana. Ademais, os seis piores estados do Nordeste também se encontram posicionados nos dois piores quartis do indicador de focos de calor. A exceção a este quadro é o estado do SE que aparece na terceira posição do ordenamento e acaba por destoar da posição ocupada pela média dos estados do Nordeste ao figurar nos dois melhores quartis dos indicadores associados ao saneamento, bem como no indicador de focos de calor.

quartis. Ou seja, o indicador de intensidade hídrica revela que as atividades produtivas do Nordeste apresentam-se muito dependentes de um recurso tão escasso na região quanto à água. Desta forma, o desenvolvimento sustentável na região Nordeste talvez necessite de uma reconversão econômica em direção a atividades econômicas menos dependentes da água.

O ordenamento dos estados melhores posicionados (Tabela 16) traz três estados do Sudeste (RJ, SP e MG), três do Norte (AM, RR e AP), dois estados do Sul (PR e SC) e um representante do Centro-Oeste (DF) e Nordeste (SE) ⁴⁵.

O mapa a seguir mostra os estados do Sul e Sudeste situados nos dois melhores quartis, enquanto que há uma predominância dos estados do Nordeste no pior quartil, o que, por sua vez, está associado, como já mencionado, à limitação de indicadores na área ambiental e ao maior peso dos dados referentes a saneamento. A exceção ao quadro geral das regiões Norte e Nordeste, são os estados do Amazonas e Sergipe que figuram no melhor quartil da dimensão ambiental.

Mapa 12 - Situação Meio-Ambiente



45 O estado do Rio de Janeiro lidera o ordenamento por ocupar o melhor quartil dos indicadores de saneamento, intensidade hídrica e focos de calor. Por sua vez, o Distrito Federal aparece na segunda posição por estar sempre presente entre os três melhores estados em relação aos indicadores de saneamento, bem como ser o melhor estado da federação em termos de intensidade hídrica. Cabe apontar que o bom desempenho do DF em termos ambientais pode ser explicado “pela pequena extensão do seu território, bem como pela natureza das suas atividades produtivas centradas em torno da administração” (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 200 pg 100). Por sua vez, os três estados do Norte melhores posicionados encontram-se no melhor quartil de intensidade hídrica e de focos de calor, o que possivelmente pode ser explicado pela grande extensão territorial.

Conclusão

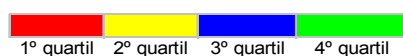
O conjunto de indicadores da matriz de sustentabilidade aponta para a persistência de uma realidade secular de profundas desigualdades socioeconômicas observadas entre as regiões brasileiras, na qual se verificam discrepâncias significativas em termos de inserção produtiva e padrão de vida das populações.

A configuração territorial revelada pelo conjunto de indicadores que compõe a matriz de sustentabilidade acaba por coincidir nas várias dimensões com uma linha que separa o Norte e Nordeste do Centro-Sul do país. Ou seja, os mais diversos indicadores utilizados apontam para uma fragmentação do país em duas porções de território com padrões distintos de desenvolvimento e desigual acesso a redes de transporte, informação e serviços públicos. Ademais, mesmo em estados melhores posicionados, observa-se heterogeneidade entre regiões e graves desigualdades sociais nas áreas metropolitanas.

As grandes desigualdades regionais podem ser visualizadas pela tabela síntese (Tabela 10) da situação dos estados em todas as dimensões. Neste caso, chama atenção, especialmente na dimensão social, a situação da região Nordeste, na qual todos seus estados aparecem sistematicamente nos dois piores quartis quando se considera, por exemplo, as áreas de educação, saúde (doenças associadas ao subdesenvolvimento) e trabalho e rendimento. Ao mesmo tempo, observa-se o contraste em relação à região Sul e Sudeste em que seus estados aparecem nos dois melhores quartis em todas as áreas das diversas dimensões, à exceção, do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná na área de segurança. Ademais, na dimensão econômica, chama atenção o caso da região Norte que tem seus estados posicionados nos dois piores quartis, cuja única exceção é o estado do Amazonas, quando se considera o peso econômico.

Tabela 10 - Síntese

Unidade da Federação	Dimensão Social							Dimensão Econômica			Dimensão Ambiental
	Educação	Saúde - Doenças do Subdesenv.	Habitação (Déficit)	Habitação (Infra)	Trabalho e rend.	Segurança - Homicídios	Segurança - Roubo e Furtos	Peso Econômico	Ciência e Tec. - Resultados	Transportes	Meio-Ambiente
Rondônia	2º	1º	3º	1º	3º	2º	1º	2º	1º	1º	2º
Acre	2º	1º	3º	1º	3º	2º	1º	2º	1º	1º	2º
Amazonas	2º	1º	3º	1º	3º	2º	1º	2º	1º	1º	2º
Roraima	2º	1º	3º	1º	3º	2º	1º	2º	1º	1º	2º
Pará	2º	1º	3º	1º	3º	2º	1º	2º	1º	1º	2º
Amapá	2º	1º	3º	1º	3º	2º	1º	2º	1º	1º	2º
Tocantins	2º	1º	3º	1º	3º	2º	1º	2º	1º	1º	2º
Maranhão	2º	1º	3º	1º	3º	2º	1º	2º	1º	1º	2º
Piauí	2º	1º	3º	1º	3º	2º	1º	2º	1º	1º	2º
Ceará	2º	1º	3º	1º	3º	2º	1º	2º	1º	1º	2º
Rio Grande do Norte	2º	1º	3º	1º	3º	2º	1º	2º	1º	1º	2º
Paraíba	2º	1º	3º	1º	3º	2º	1º	2º	1º	1º	2º
Pernambuco	2º	1º	3º	1º	3º	2º	1º	2º	1º	1º	2º
Alagoas	2º	1º	3º	1º	3º	2º	1º	2º	1º	1º	2º
Sergipe	2º	1º	3º	1º	3º	2º	1º	2º	1º	1º	2º
Bahia	2º	1º	3º	1º	3º	2º	1º	2º	1º	1º	2º
Minas Gerais	3º	2º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	2º	1º	3º
Espírito Santo	3º	2º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	2º	1º	3º
Rio de Janeiro	3º	2º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	2º	1º	3º
São Paulo	3º	2º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	2º	1º	3º
Paraná	3º	2º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	2º	1º	3º
Santa Catarina	3º	2º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	2º	1º	3º
Rio Grande do Sul	3º	2º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	2º	1º	3º
Mato Grosso do Sul	3º	2º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	2º	1º	3º
Mato Grosso	3º	2º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	2º	1º	3º
Goiás	3º	2º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	2º	1º	3º
Distrito Federal	3º	2º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	2º	1º	3º



O processo de globalização contemporâneo tende a acentuar as disparidades sociais e regionais observados no país. Neste contexto, as grandes empresas transnacionais e o capital financeiro desregulado promovem a reconfiguração das atividades econômicas que dinamiza certas porções do território, enquanto condena outras regiões a estagnação econômica. Desta forma, ganha ainda mais importância a necessidade da construção de uma visão estratégica para o território nacional, a qual seria viabilizada por políticas públicas de intervenção nas mais diversas áreas que se contraponham as forças desintegradoras da globalização.

A proposta de construção de um conjunto de indicadores em diversas dimensões busca contribuir para a elaboração de um diagnóstico que permita o desenho de políticas públicas mais apropriadas a realidade local. Ao mesmo tempo, a construção de uma matriz de indicadores permite identificar as regiões que deveriam ser priorizadas na implementação de políticas públicas. Por fim, o estabelecimento de um conjunto de indicadores possibilita a construção de um sistema de monitoramento e avaliação que permita acompanhar a evolução das regiões nas diversas dimensões.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta. **Base técnico-científica, P&D e inovação**. In: Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Estudos prospectivos e setoriais – Módulo 4. Brasília: MP/CGEE, dezembro 2006 (Nota Técnica).

BARAT, Josef. **Logística, sistema de distribuição e transportes**. In: Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Estudos prospectivos e setoriais – Módulo 4. Brasília: MP/CGEE, 2006 (Nota Técnica).

BEATO, Cláudio. **Violência Urbana e Segurança Pública**. In: Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Estudos prospectivos e setoriais – Módulo 4. Brasília: MP/CGEE, 2007 (Nota Técnica).

BRITTO, Ana Lúcia Nogueira de Paiva. **Estudos prospectivos da dimensão urbana (Saneamento Ambiental)**. In: Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Estudos prospectivos e setoriais – Módulo 4. Brasília: MP/CGEE, agosto 2007. (Nota Técnica)

COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (CNDSS). **Análise da situação de saúde**. In: As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil. Relatório Final da CNDSS, 2008. Disponível em: <http://www.determinantes.fiocruz.br>.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil, 2006**. Centro de Estatística e Informações. Convênio PNUD/Ministério das Cidades, Belo Horizonte, 2007.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois et al. **Saúde**. In: Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Estudos prospectivos e setoriais – Módulo 4. Brasília: MP/CGEE, 2006 (Nota Técnica).

IBGE. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Brasil, 2008.

IPEA. **Rodovias Brasileiras: Gargalos, Investimentos, Concessões e preocupações com o futuro**. Brasília, maio. 2010 (Comunicado da Presidência, n.52)

JANNUZZI, PAULO DE MARTINO. **Análise multicritério e a decisão em políticas públicas: Implementação da técnica no aplicativo Pradin e aplicações**. Texto para discussão número 29, Escola Nacional de Ciências Estatísticas – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2010.

JANNUZZI, PAULO DE MARTINO; PATARRA, NEIDE LOPES. **Manual para capacitação em indicadores sociais nas políticas públicas e em direitos humanos**. São Paulo: Oficina Editorial, 2006.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Subsídios para a definição da Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT (Versão Preliminar)**. Brasília: MI, 2006.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Volume VII – Avaliação de Sustentabilidade da Carteira de Investimentos**. Brasília: MP/CGEE, 2008. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS – SPI.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Indicadores ambientais no Brasil: Aspectos Ecológicos, de Eficiência e Distributivos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1996 (Texto para Discussão, n.403)

MUNHOZ, G. **Obstáculos ambientais e não ambientais ao desenvolvimento**. IN: CARDOSO JÚNIOR, José Celso (Org.). Desafios ao desenvolvimento brasileiro: Contribuições do Conselho de orientação do IPEA. Brasília: IPEA, 2009.

VIEIRA, Sofia Lerche et al. **Educação Básica (infantil, fundamental e médio)**. In: Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Estudos prospectivos e setoriais – Módulo 4. Brasília: MP/CGEE, dezembro 2006 (Nota Técnica).

ANEXO

Tabela 1 - Dimensão Social: Educação

Unidades Federativas	Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2008											
	Crianças de 0 a 6 anos que frequentam a escola	Quartil	Jovens de 15 a 17 anos que frequentam o ensino médio	Quartil	Adultos de 18 a 24 anos que frequentam o ensino superior	Quartil	Taxa de alfabetização total	Quartil	Taxa de alfabetização da população rural	Quartil	Taxa de alfabetização de pretos e pardos	Quartil
Norte	37,8%		39,7%		9,9%		89,27%		80,56%		88,4%	
Rondônia	29,70%	1º	41,00%	2º	12,81%	3º	90,83%	3º	87,46%	3º	89,82%	3º
Acre	31,10%	1º	46,00%	2º	10,72%	2º	86,23%	2º	73,19%	2º	84,75%	2º
Amazonas	37,20%	1º	39,23%	2º	11,00%	2º	91,72%	3º	81,34%	2º	91,17%	4º
Roraima	45,00%	3º	50,39%	3º	11,59%	2º	90,74%	3º	86,61%	3º	90,37%	3º
Pará	39,60%	2º	35,06%	1º	7,47%	1º	88,14%	2º	79,94%	2º	87,36%	2º
Amapá	36,90%	1º	57,58%	4º	13,33%	3º	95,89%	4º	89,45%	4º	95,55%	4º
Tocantins	39,30%	2º	51,87%	3º	14,36%	3º	85,62%	2º	75,34%	2º	83,97%	2º
Nordeste	46,0%		36,4%		8,2%		80,59%		65,67%		79,1%	
Maranhão	44,70%	2º	33,41%	1º	4,23%	1º	80,54%	1º	68,08%	2º	79,25%	1º
Piauí	45,40%	3º	35,99%	1º	9,55%	1º	75,67%	1º	60,84%	1º	73,99%	1º
Ceará	51,80%	4º	45,51%	2º	9,85%	2º	80,94%	1º	66,48%	1º	79,13%	1º
Rio Grande do Norte	48,60%	4º	35,46%	1º	9,70%	2º	80,01%	1º	67,84%	1º	77,12%	1º
Paraíba	48,10%	3º	37,39%	2º	8,33%	1º	76,51%	1º	59,65%	1º	72,89%	1º
Pernambuco	46,50%	3º	32,53%	1º	8,77%	1º	82,14%	1º	66,53%	1º	80,48%	1º
Alagoas	37,90%	1º	32,93%	1º	7,27%	1º	74,26%	1º	57,77%	1º	71,18%	1º
Sergipe	44,30%	2º	35,99%	2º	13,36%	3º	83,13%	2º	61,18%	1º	82,91%	2º
Bahia	44,60%	2º	35,35%	1º	7,24%	1º	82,70%	2º	67,97%	2º	82,08%	2º
Sudeste	49,5%		61,9%		16,6%		94,19%		84,95%		92,0%	
Minas Gerais	45,10%	3º	56,03%	4º	13,81%	3º	91,35%	3º	80,11%	2º	89,44%	3º
Espírito Santo	50,80%	4º	52,01%	3º	12,57%	2º	91,19%	3º	82,89%	3º	88,49%	2º
Rio de Janeiro	49,70%	4º	53,59%	3º	17,11%	4º	95,56%	4º	88,73%	3º	94,23%	4º
São Paulo	51,70%	4º	69,16%	4º	18,10%	4º	95,26%	4º	90,50%	4º	93,34%	4º
Sul	44,3%		56,4%		18,7%		94,6%		91,09%		89,9%	
Paraná	45,60%	3º	57,91%	4º	18,18%	4º	93,43%	3º	89,05%	4º	88,84%	3º
Santa Catarina	51,80%	4º	59,83%	4º	20,03%	4º	95,59%	4º	92,39%	4º	91,16%	4º
Rio Grande do Sul	38,70%	1º	52,73%	3º	18,44%	4º	95,03%	4º	91,53%	4º	90,98%	3º
Centro-Oeste	40,6%		51,8%		16,3%		91,8%		90,88%		90,1%	
Mato Grosso do Sul	42,90%	2º	47,48%	2º	12,92%	3º	91,88%	3º	88,15%	3º	90,47%	3º
Mato Grosso	37,40%	1º	50,21%	3º	17,04%	3º	90,45%	2º	82,50%	3º	88,08%	2º
Goiás	39,60%	2º	53,43%	3º	12,79%	2º	90,69%	2º	83,28%	3º	88,79%	3º
Distrito Federal	44,90%	3º	54,87%	4º	26,00%	4º	95,98%	4º	91,05%	4º	95,24%	4º
Brasil	45,8%		50,4%		13,7%		90,0%		84,44%		86,4%	

Tabela 1.1 - Dimensão Social: Educação

Unidades Federativas	Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) - 2007						Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) - 2005						MEC /2007		
	IDEB - Ensino Fundamental - anos iniciais	Quartil	IDEB - Ensino Fundamental - anos finais	Quartil	IDEB - Ensino Médio	Quartil	Taxa esperada de conclusão do ensino fundamental	Quartil	Taxa esperada de conclusão do ensino médio	Quartil	Percentual de alunos em escolas sem biblioteca	Quartil	Percentual de alunos em escolas sem quadra de esporte	Quartil	
Norte							40,5%		62,70%		49,2%				
Rondônia	4,0	3º	3,3	2º	3,1	3º	46,90%	2º	54,10%	1º	31,70%	2º	40,60%	2º	
Acre	3,8	2º	3,8	4º	3,3	3º	51,70%	3º	73,00%	4º	46,54%	3º	69,46%	4º	
Amazonas	3,9	3º	3,3	2º	2,8	2º	43,50%	2º	61,90%	1º	53,78%	3º	73,03%	4º	
Roraima	3,5	2º	3,5	3º	3,1	3º	66,90%	4º	57,70%	1º	23,86%	2º	47,81%	2º	
Pará	2,8	1º	2,9	1º	2,3	1º	33,10%	1º	63,80%	2º	57,54%	4º	61,87%	3º	
Amapá	3,0	1º	3,4	2º	2,7	1º	57,10%	3º	62,10%	2º	23,48%	1º	51,02%	2º	
Tocantins	4,2	3º	3,6	3º	3,1	3º	49,30%	2º	62,50%	2º	30,22%	2º	53,35%	3º	
Nordeste							38,7%		67,70%		53,0%				
Maranhão	3,3	1º	3,4	2º	2,8	2º	38,60%	1º	67,40%	3º	73,48%	4º	78,93%	4º	
Piauí	3,2	1º	3,1	2º	2,5	1º	37,70%	1º	72,20%	4º	62,83%	4º	71,01%	4º	
Ceará	3,5	2º	3,4	2º	3,1	3º	53,80%	3º	66,80%	2º	31,31%	2º	50,35%	2º	
Rio Grande do Norte	3,0	1º	2,7	1º	2,6	1º	49,60%	2º	72,40%	4º	41,13%	3º	66,69%	3º	
Paraíba	3,5	2º	2,8	1º	2,9	2º	33,30%	1º	66,90%	2º	52,31%	3º	65,13%	3º	
Pernambuco	3,5	2º	2,5	1º	2,7	1º	39,10%	2º	67,10%	3º	43,11%	3º	63,09%	3º	
Alagoas	3,3	1º	2,7	1º	2,6	1º	38,60%	1º	70,60%	4º	54,72%	4º	74,59%	4º	
Sergipe	3,4	2º	2,9	1º	2,6	1º	31,80%	1º	58,00%	1º	57,96%	4º	69,21%	3º	
Bahia	2,6	1º	2,7	1º	2,8	2º	32,10%	1º	67,60%	3º	60,43%	4º	70,77%	4º	
Sudeste							66,6%		69,30%		20,4%				
Minas Gerais	4,9	4º	3,7	4º	3,5	4º	61,30%	3º	67,60%	3º	14,26%	1º	34,46%	2º	
Espírito Santo	4,1	3º	3,6	3º	3,2	3º	58,60%	3º	62,60%	2º	21,86%	1º	34,80%	2º	
Rio de Janeiro	3,8	2º	2,9	2º	2,8	2º	49,80%	3º	61,80%	1º	23,59%	2º	31,68%	1º	
São Paulo	4,7	4º	4,0	4º	3,4	4º	76,90%	4º	73,50%	4º	22,41%	1º	19,86%	1º	
Sul							69,1%		69,00%		11,7%				
Paraná	5,2	4º	4,0	4º	3,7	4º	74,50%	4º	78,30%	4º	15,64%	1º	25,54%	1º	
Santa Catarina	4,7	4º	4,1	4º	3,8	4º	75,20%	4º	69,60%	3º	13,26%	1º	21,14%	1º	
Rio Grande do Sul	4,5	4º	3,7	4º	3,4	4º	61,30%	4º	59,10%	1º	6,74%	1º	23,09%	1º	
Centro-Oeste							54,2%		65,30%		35,6%				
Mato Grosso do Sul	4,0	3º	3,5	3º	3,4	4º	47,50%	2º	60,20%	1º	36,11%	3º	16,07%	1º	
Mato Grosso	4,4	3º	3,6	3º	3,0	2º	47,50%	2º	62,40%	2º	39,66%	3º	35,88%	2º	
Goiás	4,3	3º	3,4	3º	2,8	2º	57,00%	3º	67,30%	3º	34,49%	2º	51,19%	3º	
Distrito Federal	4,8	4º	3,5	3º	3,2	3º	67,10%	4º	70,20%	3º	32,56%	2º	26,28%	1º	
Brasil	4,2		3,8		3,5		53,8%		66,60%		33,6%				

Tabela 2 - Dimensão Social: Saúde (Recursos)

Unidades Federativas	Ministério da Saúde		Fonte: Departamento de Atenção Básica, Ministério da Saúde		Ministério da Saúde		Fonte: Cadernos de Informações de Saúde, Ministério da Saúde						
	Gasto Total per capita em saúde	Quartil	Famílias Acompanhadas por Equipes do Saúde da família (Dez 2008)	Quartil	Número de nascidos vivos com 4 ou mais consultas de pré-natal, 2005, por local de residência da mãe.	Quartil	Centros de Saúde a cada 10.000 habitantes (Dez 2007)	Quartil	Mamógrafos por 100.000 habitantes (Dez 2007) (SUS)	Quartil	Raio X (Dez 2007) (SUS)	Quartil	Ressonância Magnética (Dez 2007) (SUS)
Norte	387,6		47,20%		75,16		1,3		0,7		11,8		0,2
Rondônia	387,5	2º	47,80%	1º	82,07	2º	1,2	1º	1,2	2º	13,5	2º	0,31
Acre	556,6	4º	59,20%	2º	63,31	1º	2,5	4º	0,43	1º	13,5	2º	0,28
Amazonas	513,4	4º	49,70%	1º	68,86	3º	1,3	1º	0,56	1º	16	2º	0,18
Roraima	674,5	4º	70,20%	3º	74,55	1º	2,5	4º	0,72	1º	17,1	2º	0,24
Pará	263,8	1º	36,30%	1º	77,46	1º	1,0	1º	0,73	1º	8,5	1º	0,19
Amapá	512,5	4º	66,60%	3º	64,13	1º	0,9	1º	0,63	1º	9,6	1º	0,16
Tocantins	503,8	4º	76,70%	4º	86,68	3º	2,3	4º	0,74	4º	15,5	2º	0,07
Nordeste	313,3		70,60%		81,02		2,1		1,1		16,4		0,1
Maranhão	285,3	1º	78,10%	4º	70,67	3º	1,6	2º	0,75	1º	9,2	1º	0,1
Piauí	315,8	2º	96,60%	4º	84,36	2º	2,8	4º	1,31	3º	13,1	1º	0,13
Ceará	291,4	1º	67,20%	3º	87,18	3º	1,8	2º	0,79	2º	18,9	3º	0,13
Rio Grande do Norte	405,0	3º	80,00%	4º	86,43	2º	2,1	3º	1,07	2º	13,1	1º	0,13
Paraíba	335,1	2º	94,70%	4º	89,5	3º	3,2	4º	1,18	2º	17,6	2º	0,16
Pernambuco	313,3	1º	68,00%	3º	84,7	2º	2,1	3º	1,06	2º	13,5	2º	0,22
Alagoas	314,9	1º	70,30%	3º	81,42	2º	2,1	3º	1,07	2º	13,2	1º	0,06
Sergipe	367,7	2º	83,30%	4º	83,42	2º	2,4	4º	1,23	2º	11,4	1º	0,2
Bahia	304,4	1º	55,00%	2º	75,81	4º	1,9	2º	1,4	3º	22,5	3º	0,16
Sudeste	435,6		36,90%		91,67		1,3		2,20		29,50		0,50
Minas Gerais	329,7	2º	63,20%	3º	89,76	3º	2,0	3º	1,99	4º	27,1	3º	0,26
Espírito Santo	427,2	3º	50,00%	2º	90,96	4º	1,8	2º	1,65	3º	35,9	4º	0,57
Rio de Janeiro	462,0	3º	30,90%	1º	89,45	3º	1,0	1º	2,63	4º	25,3	3º	0,83
São Paulo	476,6	3º	25,60%	1º	93,39	4º	1,0	1º	2,26	4º	31,7	4º	0,47
Sul	379,1		47,90%		92,75		1,6		1,90		32,40		0,40
Paraná	380,5	2º	51,40%	2º	94,79	4º	1,5	2º	1,66	3º	44	4º	0,37
Santa Catarina	402,8	3º	67,40%	3º	93,12	4º	2,3	3º	1,72	3º	36,2	4º	0,41
Rio Grande do Sul	365,0	2º	33,90%	1º	90,32	4º	1,4	2º	2,34	4º	19,2	3º	0,44
Centro-Oeste	393,2		48,20%		89,46		1,7		2,10		35,20		0,40
Mato Grosso do Sul	431,8	3º	56,20%	2º	88,93	3º	1,9	2º	1,8	4º	32,4	4º	0,21
Mato Grosso	420,9	3º	57,10%	2º	92,06	4º	2,3	3º	1,65	3º	22,5	3º	0,24
Goias	302,4	1º	57,90%	2º	89,79	3º	1,9	3º	1,7	3º	25	3º	0,19
Distrito Federal	541,3	4º	5,60%	1º	86,31	2º	0,5	1º	3,74	4º	77,7	4º	1,15
Brasil	450,2		49,60%		86,68		1,6		1,70		25,30		0,40

Tabela 2.1 - Dimensão Social: Saúde (Situação de "Subdesenvolvimento")

Unidades Federativas	Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais					
	Esperança de vida (2008)	Quartil	Mortalidade Infantil, por 1.000 nascidos vivos (2008)	Quartil	Internações relacionadas ao saneamento inadequado (2008)	Quartil
Norte	71,9		24,2		654,1	
Rondônia	71,5	2º	23,0	2º	639,0	4º
Acre	71,7	2º	29,8	3º	485,4	3º
Amazonas	71,9	2º	25,1	3º	254,5	2º
Roraima	70,3	1º	18,6	2º	495,2	3º
Pará	72,2	3º	23,7	3º	914,9	4º
Amapá	70,7	2º	23,2	2º	224,1	1º
Tocantins	71,6	2º	26,4	3º	569,9	3º
Nordeste	70,1		34,4		521,2	
Maranhão	68,0	1º	37,9	4º	660,9	4º
Piauí	69,3	1º	27,2	3º	922,8	4º
Ceará	70,6	1º	28,6	3º	447,7	3º
Rio Grande do Norte	70,8	2º	33,5	4º	484,4	3º
Paraíba	69,4	1º	36,5	4º	622,1	4º
Pernambuco	68,7	1º	37,1	4º	271,6	2º
Alagoas	67,2	1º	48,2	4º	497,7	3º
Sergipe	71,3	2º	32,6	4º	297,1	2º
Bahia	72,3	3º	32,4	3º	585,1	4º
Sudeste	74,3		17,1		126,0	
Minas Gerais	74,9	4º	19,7	2º	153,4	1º
Espírito Santo	74,0	3º	18,3	1º	225,2	2º
Rio de Janeiro	73,4	3º	18,9	2º	203,2	1º
São Paulo	74,5	4º	15,0	1º	74,6	1º
Sul	75,0		15,6		225,0	
Paraná	74,4	4º	17,9	1º	280,4	2º
Santa Catarina	75,5	4º	15,5	1º	173,8	1º
Rio Grande do Sul	75,3	4º	13,1	1º	199,4	1º
Centro-Oeste	74,0		18,3		341,4	
Mato Grosso do Sul	74,0	3º	17,4	1º	295,6	2º
Mato Grosso	73,4	3º	19,8	2º	342,1	2º
Goiás	73,6	3º	18,9	2º	438,8	3º
Distrito Federal	75,6	4º	16,3	1º	159,7	1º
Brasil	73,0		23,6		308,8	

Tabela 2.2 - Dimensão Social: Saúde (Doenças associadas à "modernidade")

Unidades Federativas	Fonte: Instituto Nacional do Câncer - Inca, Ministério da Saúde				Ministério da Saúde		Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003			
	Taxa de Incidência de Neoplasias por 100.000 hab - homens (2006 e 2007)	Quartil	Taxa de Incidência de Neoplasias por 100.000 hab - mulheres (2006 e 2007)	Quartil	Taxa por mortalidade específica por doenças do ap. circulatório (2006)	Quartil	Prevalência de Obesidade pop de 20 anos ou mais (masculina)	Quartil	Prevalência de Obesidade pop de 20 anos ou mais (feminina)	Quartil
Norte	78,86		86,07		78,5					
Rondônia	108,25	2º	100,81	2º	97,7	1º	7,0	1º	13,4	3º
Acre	66,01	1º	60,67	1º	91,6	1º	5,8	1º	9,0	1º
Amazonas	87,60	2º	103,27	2º	58,2	1º	7,8	2º	8,6	1º
Roraima	42,51	1º	41,33	1º	75,4	1º	11,2	4º	13,5	4º
Pará	71,26	1º	79,67	1º	76,9	1º	8,0	2º	11,5	2º
Amapá	56,62	1º	99,81	2º	37,2	1º	12,6	4º	10,1	1º
Tocantins	88,67	2º	79,40	1º	128,6	2º	5,0	1º	7,8	1º
Nordeste	109,08		114,60		146,7					
Maranhão	38,52	1º	53,72	1º	112,2	1º	4,4	1º	10,2	2º
Piauí	100,72	2º	97,91	2º	165,4	3º	4,9	1º	9,5	1º
Ceará	153,27	3º	169,95	3º	148,2	3º	7,9	2º	11,0	2º
Rio Grande do Norte	151,54	3º	153,40	3º	134,4	2º	8,9	3º	13,1	3º
Paraíba	83,66	1º	73,08	1º	178,7	3º	7,4	2º	11,7	3º
Pernambuco	148,11	3º	167,07	3º	189,8	4º	10,2	3º	13,8	4º
Alagoas	61,92	1º	75,54	1º	137	2º	6,8	1º	12,4	3º
Sergipe	92,12	2º	101,79	2º	129,9	2º	7,2	2º	11,4	2º
Bahia	98,47	2º	92,35	2º	129,7	2º	4,5	1º	11,5	2º
Sudeste	223,32		214,27		185,9					
Minas Gerais	145,24	3º	157,03	3º	165	3º	7,1	2º	13,0	3º
Espirito Santo	171,08	3º	163,29	3º	184	4º	8,3	3º	13,9	4º
Rio de Janeiro	243,22	4º	263,98	4º	223,2	4º	10,5	4º	12,7	3º
São Paulo	257,79	4º	226,16	4º	181,9	4º	11,3	4º	14,7	4º
Sul	277,10		255,82		179,7					
Paraná	235,78	4º	227,22	4º	180,4	3º	10,0	3º	13,9	4º
Santa Catarina	280,63	4º	245,82	4º	145,1	3º	8,0	3º	10,4	2º
Rio Grande do Sul	314,67	4º	287,98	4º	197,8	4º	11,3	4º	18,5	4º
Centro-Oeste	152,26		164,71		137,9					
Mato Grosso do Sul	187,22	4º	177,06	4º	180,9	4º	10,4	4º	12,9	3º
Mato Grosso	132,98	2º	139,27	2º	125,6	2º	7,9	2º	11,0	2º
Goiás	147,93	3º	176,38	3º	137,5	3º	8,1	3º	9,7	1º
Distrito Federal	152,68	3º	154,71	3º	112,3	2º	8,9	3º	10,1	1º
Brasil	162,69		179,18		162,1		8,9			

Tabela 3 - Dimensão Social: Habitação

Unidades Federativas	Fonte: Fundação João Pinheiro				Fonte: PNAD						PNAD/2008	
	Déficit Habitacional absoluto (2007)	Quartil	Déficit Habitacional Relativo (2007)	Quartil	Domicílios com rede de abastecimento de água - 2008	Quartil	Domicílios com rede coletora de esgoto ou fossa séptica - 2008	Quartil	Domicílios com serviços de coleta de lixo - 2008	Quartil	Domicílios rurais com energia elétrica - 2008	Quartil
Norte	652.684		16,70%		58,30%		60,10%		80,10%		77,80%	
Rondônia	52.472	1º	11,60%	2º	42,30%	1º	73,60%	3º	72,90%	1º	86,90%	2º
Acre	21.063	1º	12,60%	2º	56,80%	1º	55,20%	2º	81,00%	2º	69,80%	1º
Amazonas	146.268	3º	18,60%	4º	73,20%	1º	63,10%	3º	84,70%	2º	78,90%	1º
Roraima	16.379	1º	14,70%	3º	85,70%	3º	86,10%	4º	85,00%	3º	84,20%	2º
Pará	317.089	4º	17,10%	4º	49,10%	1º	62,10%	3º	79,00%	2º	77,20%	1º
Amapá	30.449	1º	20,20%	4º	75,10%	2º	37,50%	1º	98,40%	4º	81,00%	1º
Tocantins	68.964	1º	18,20%	4º	79,00%	2º	32,10%	1º	75,50%	1º	68,90%	1º
Nordeste	2.144.384		15,00%		78,00%		55,00%		75,40%		89,40%	
Maranhão	461.396	4º	29,50%	4º	69,90%	1º	61,20%	2º	66,60%	1º	76,90%	1º
Piauí	139.318	2º	16,90%	4º	69,20%	1º	59,50%	2º	56,20%	1º	80,80%	1º
Ceará	314.949	3º	13,90%	3º	80,70%	3º	51,80%	1º	76,10%	1º	92,80%	2º
Rio Grande do Norte	117.647	2º	14,00%	3º	87,80%	4º	48,10%	1º	84,40%	2º	96,96%	3º
Paraíba	122.166	2º	12,20%	2º	77,70%	2º	57,90%	2º	80,50%	2º	97,90%	4º
Pernambuco	281.486	3º	11,70%	2º	77,00%	2º	51,80%	2º	79,40%	2º	97,40%	3º
Alagoas	123.245	2º	14,80%	3º	73,80%	2º	36,80%	1º	75,20%	1º	96,30%	2º
Sergipe	73.499	1º	13,00%	3º	88,40%	4º	74,70%	3º	85,40%	3º	96,80%	3º
Bahia	510.677	4º	12,90%	3º	79,60%	2º	57,30%	2º	75,30%	1º	86,30%	2º
Sudeste	2.335.415		9,30%		91,80%		88,80%		95,30%		98,00%	
Minas Gerais	521.085	4º	8,80%	1º	87,60%	4º	80,40%	4º	87,90%	3º	96,70%	3º
Espírito Santo	101.124	2º	9,40%	1º	82,70%	3º	72,50%	3º	86,10%	3º	98,70%	4º
Rio de Janeiro	478.901	4º	9,10%	1º	87,10%	4º	88,70%	4º	98,10%	4º	98,90%	4º
São Paulo	1.234.306	4º	9,60%	2º	96,50%	4º	94,20%	4º	98,50%	4º	99,30%	4º
Sul	703.167		7,90%		84,10%		76,80%		90,70%		97,30%	
Paraná	272.542	3º	8,30%	1º	86,50%	3º	72,80%	3º	89,90%	3º	95,90%	2º
Santa Catarina	145.363	3º	7,60%	1º	79,00%	2º	81,60%	4º	92,00%	4º	99,00%	4º
Rio Grande do Sul	285.261	3º	7,80%	1º	84,40%	3º	78,10%	3º	90,80%	4º	97,60%	3º
Centro-Oeste	436.995		10,50%		81,30%		48,50%		89,10%		94,60%	
Mato Grosso do Sul	76.027	1º	10,50%	2º	83,50%	3º	24,00%	1º	89,30%	3º	97,50%	3º
Mato Grosso	86.679	2º	9,80%	2º	69,40%	1º	53,40%	2º	79,50%	2º	88,80%	2º
Goiás	167.042	3º	9,20%	1º	80,80%	3º	36,20%	1º	90,20%	3º	97,50%	3º
Distrito Federal	107.248	2º	14,60%	3º	95,30%	4º	96,80%	4º	98,30%	4º	99,50%	4º
Brasil	6.272.645		11,10%		83,90%		73,20%		87,90%		91,70%	

Tabela 4 - Dimensão Social: Trabalho e Rendimento

Unidades Federativas	Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2008											Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)				
	Taxa de Desocupação	Quartil	Proporção de empregados com carteira assinada	Quartil	Proporção de contribuintes para a previdência	Quartil	Rendimento médio mensal total	Quartil	Razão do rendimento de brancos em relação a pretos e pardos	Quartil	Razão do rendimento de homens em relação às mulheres	Quartil	Taxa de Pobreza - 2008	Quartil	Índice de Gini - 2008	Quartil
Norte	6,5%		61,4%		39,7%		796		1,55		1,43		25,5%		0,509	
Rondônia	6,2%	2º	67,4%	3º	45,0%	3º	873	3º	1,32	1º	1,39	2º	20,4%	2º	0,500	1º
Acre	6,2%	2º	67,5%	3º	41,8%	2º	902	3º	1,73	3º	1,17	1º	27,5%	3º	0,556	3º
Amazonas	8,5%	4º	71,6%	3º	47,2%	2º	830	2º	1,55	2º	1,43	2º	27,0%	3º	0,511	2º
Roraima	6,1%	2º	59,3%	2º	47,4%	2º	870	2º	1,86	4º	1,37	1º	23,5%	2º	0,531	2º
Pará	5,4%	1º	55,3%	1º	33,9%	1º	744	2º	1,47	1º	1,50	3º	26,7%	3º	0,497	1º
Amapá	14,9%	4º	66,5%	2º	54,7%	3º	824	2º	1,55	2º	1,35	1º	21,6%	2º	0,451	1º
Tocantins	5,0%	1º	55,6%	1º	38,0%	1º	818	2º	1,67	2º	1,38	1º	23,7%	3º	0,544	3º
Nordeste	7,5%		56,2%		33,9%		666		1,63		1,42		34,2%		0,558	
Maranhão	5,4%	1º	52,5%	1º	29,9%	1º	589	1º	1,67	3º	1,50	3º	38,2%	4º	0,521	2º
Piauí	4,0%	1º	51,3%	1º	24,6%	1º	637	1º	1,47	1º	1,25	1º	36,2%	4º	0,574	4º
Ceará	6,2%	2º	54,7%	1º	31,3%	1º	625	1º	1,47	1º	1,42	2º	31,6%	3º	0,539	3º
Rio Grande do Norte	7,3%	3º	63,3%	2º	39,4%	2º	744	2º	1,65	2º	1,50	3º	27,7%	3º	0,551	3º
Paraíba	6,8%	3º	54,8%	1º	38,2%	1º	716	1º	1,65	2º	1,47	2º	33,6%	4º	0,587	4º
Pernambuco	9,6%	4º	59,6%	2º	37,6%	2º	679	1º	1,73	3º	1,40	2º	37,2%	4º	0,566	4º
Alagoas	6,9%	3º	64,1%	2º	37,7%	2º	647	1º	1,56	2º	1,35	1º	39,8%	4º	0,583	4º
Sergipe	7,7%	3º	65,8%	2º	42,4%	2º	733	2º	1,39	1º	1,44	2º	31,1%	3º	0,539	3º
Bahia	9,0%	4º	53,4%	1º	33,5%	1º	685	1º	1,81	4º	1,43	2º	32,6%	4º	0,560	4º
Sudeste	7,5%		76,7%		62,9%		1.188		1,74		1,48		9,5%		0,518	
Minas Gerais	6,1%	2º	71,6%	3º	56,0%	3º	952	3º	1,70	3º	1,52	4º	9,8%	1º	0,515	2º
Espírito Santo	5,8%	2º	67,1%	3º	51,9%	3º	994	3º	1,67	3º	1,53	4º	9,3%	1º	0,521	2º
Rio de Janeiro	9,8%	4º	76,5%	4º	62,6%	4º	1.286	4º	1,72	3º	1,31	1º	11,5%	2º	0,540	3º
São Paulo	8,1%	3º	79,6%	4º	67,3%	4º	1.284	4º	1,75	4º	1,53	4º	8,6%	1º	0,502	1º
Sul	4,9%		76,8%		59,3%		1.165		1,59		1,49		9,5%		0,495	
Paraná	4,6%	1º	75,6%	4º	57,1%	4º	1.150	4º	1,64	2º	1,50	3º	10,3%	2º	0,503	1º
Santa Catarina	4,5%	1º	81,2%	4º	66,6%	4º	1.217	4º	1,40	1º	1,49	3º	5,9%	1º	0,465	1º
Sul	5,5%	1º	75,2%	4º	57,3%	4º	1.150	4º	1,75	4º	1,48	3º	10,7%	2º	0,505	1º
Centro-Oeste	7,5%		70,3%		52,6%		1.250		1,57		1,51		10,0%		0,568	
Mato Grosso do Sul	7,4%	3º	73,5%	3º	51,1%	3º	1.045	3º	1,68	3º	1,59	4º	9,3%	1º	0,529	2º
Mato Grosso	5,8%	2º	65,9%	2º	48,6%	3º	1.131	3º	1,83	4º	1,59	4º	10,1%	1º	0,544	3º
Goiás	6,8%	3º	67,1%	3º	49,2%	3º	1.009	3º	1,42	1º	1,55	4º	9,9%	1º	0,514	2º
Distrito Federal	11,1%	4º	78,9%	4º	67,3%	4º	2.179	4º	1,76	4º	1,49	3º	10,7%	2º	0,622	4º
Brasil	7,1%		70,7%		52,1%		1.023		1,85		1,48		17,2%		0,548	

Tabela 4.1 - Dimensão Social: Trabalho e Rendimento

Unidades Federativas	Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2004 a 2008				Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a partir de dados da PNAD			
	Número Índice da Taxa de Desocupação - Base 2004	Quartil	Evolução da Proporção de empregados com carteira assinada - Base 2004	Quartil	Número Índice da Evolução da Taxa de Pobreza - Base 2004	Quartil	Número Índice da Evolução da Renda domiciliar per capita - Base 2004	Quartil
Norte								
Rondônia	139,1	4*	102,8	1*	73,4	4*	115,1	1*
Acre	90,6	3*	111,0	4*	69,1	3*	128,1	2*
Amazonas	79,5	2*	106,9	2*	73,8	4*	124,8	2*
Roraima	72,6	1*	110,2	3*	50,5	1*	169,1	4*
Pará	86,3	3*	111,6	4*	66,7	3*	122,0	2*
Amapá	109,6	4*	113,7	4*	53,8	1*	123,9	2*
Tocantins	116,1	4*	117,4	4*	65,4	2*	135,7	3*
Nordeste								
Maranhão	80,7	2*	114,7	4*	67,8	3*	122,4	2*
Piauí	103,0	4*	106,5	2*	69,5	3*	141,0	4*
Ceará	81,4	2*	104,6	1*	66,1	3*	134,1	3*
Rio Grande do Norte	84,8	2*	109,7	3*	62,3	2*	138,8	4*
Paraíba	79,0	2*	109,8	3*	69,4	3*	137,7	4*
Pernambuco	87,0	3*	107,0	2*	73,1	4*	121,8	1*
Alagoas	74,0	1*	103,7	1*	72,0	4*	144,0	4*
Sergipe	73,6	1*	110,3	3*	81,2	4*	115,9	1*
Bahia	86,0	3*	107,2	2*	72,3	4*	138,4	4*
Sudeste								
Minas Gerais	68,3	1*	107,6	3*	55,3	1*	130,8	3*
Espírito Santo	79,1	2*	107,6	2*	52,3	1*	121,9	1*
Rio de Janeiro	83,5	2*	101,5	1*	66,0	3*	117,8	1*
São Paulo	71,9	1*	106,4	2*	53,0	1*	123,9	2*
Sul								
Paraná	74,9	1*	105,6	2*	56,6	2*	119,7	1*
Santa Catarina	102,7	4*	102,7	1*	58,3	2*	129,2	3*
Rio Grande do Sul	92,3	3*	99,9	1*	63,6	2*	119,6	1*
Centro-Oeste								
Mato Grosso do Sul	106,3	4*	109,7	3*	54,3	1*	132,7	3*
Mato Grosso	101,7	3*	113,4	4*	63,5	2*	133,2	3*
Goiás	92,7	3*	109,8	3*	61,9	2*	126,0	2*
Distrito Federal	77,2	1*	100,2	1*	51,7	1*	137,4	3*
Brasil								

Tabela 5 - Dimensão Social: Segurança

Unidades Federativas	Fonte: Datasus, Ministério da Saúde				Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/Senasp, Ministério da Justiça			
	Coefficiente de mortalidade por homicídio a cada 100.000 habitantes (2007)	Quartil	Coefficiente de mortalidade por homicídio, em homens de 15 a 24 anos, a cada 100.000 habitantes (2007)	Quartil	Ocorrências por roubos a cada 100.000 habitantes (2005)	Quartil	Ocorrências de furtos a cada 100.000 habitantes (2005)	Quartil
Norte	26,00		86,5		476,20		960,20	
Rondônia	27,2	3*	77,2	2*	525,50	4*	1.563,7	3*
Acre	19,5	1*	44,9	1*	350,70	3*	1.889,0	4*
Amazonas	21,1	2*	77,1	2*	310,00	2*	845,0	2*
Roraima	27,9	3*	78,3	2*	195,70	1*	1.911,2	4*
Pará	30,3	3*	102,8	3*	647,00	4*	679,9	1*
Amapá	27,0	3*	123,8	4*	358,10	3*	1.611,4	3*
Tocantins	16,6	1*	38,6	1*	119,90	1*	974,6	2*
Nordeste	29,60		105,6		409,60		669,70	
Maranhão	18,0	1*	54,4	1*	195,10	1*	669,1	1*
Piauí	12,5	1*	33,4	1*	225,80	1*	506,7	
Ceará	23,2	2*	81,4	2*	898,00	4*	983,1	3*
Rio Grande do Norte	19,1	1*	63	1*	343,40	2*	980,1	2*
Paraíba	23,7	2*	78,7	2*	232,90	2*	343,3	1*
Pernambuco	53,0	4*	205,7	4*	394,70	3*	390,1	1*
Alagoas	59,5	4*	236,3	4*	240,00	2*	421,4	1*
Sergipe	25,7	2*	86,2	3*	218,20	1*	154,2	1*
Bahia	26,0	2*	93,6	3*	391,80	3*	837,3	2*
Sudeste	23,50		89,2		612,90		1.249,60	
Minas Gerais	20,9	2*	81,7	3*	286,10	2*	909,4	2*
Espírito Santo	53,3	4*	192,7	4*	249,90		734,9	2*
Rio de Janeiro	41,6	4*	185	4*	741,50	4*	821,4	2*
São Paulo	15,4	1*	49,8	1*	749,90	4*	1.617,7	4*
Sul (*)	21,50		84,3		480,5 (*)		2.022,4	
Paraná	29,5	3*	122	3*				
Santa Catarina	10,4	1*	37,5	1*	131,50	1*	1.596,0	3*
Rio Grande do Sul	19,8	2*	73,7	2*	669,30	4*	2.253,0	4*
Centro-Oeste	28,30		97,3		484,60		1.701,10	
Mato Grosso do Sul	30,5	4*	96,6	3*	163,80	1*	1.348,3	3*
Mato Grosso	30,5	4*	76,2	2*	351,90	3*	1.305,2	3*
Goiás	26,0	3*	98,1	3*	401,80	3*	1.470,7	3*
Distrito Federal	29,2	3*	123,4	4*	1.154,60	4*	3.074,1	4*
Brasil (*)	25,5		93,8		519,4 (*)		1.163,10	

(*) As taxas de roubos e furtos do Paraná não estão contabilizadas

Tabela 6 - Dimensão Econômica: Dinamismo Econômico e Redução das Desigualdades Regionais

Unidades Federativas	Fonte: Contas Regionais do Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)					
	Participação dos Estados no Produto Interno Bruto do Brasil (2007)	Quartil	Produto Interno Bruto per capita do Brasil (2007)	Quartil	Variação acumulada do Produto Interno Bruto - Período 2002 -2007	Quartil
Norte	5,02%		9.135		133,4	
Rondônia	0,56%	1º	10.320	2º	131,6	3º
Acre	0,22%	1º	8.789	2º	134,7	4º
Amazonas	1,58%	2º	13.043	3º	136,6	4º
Roraima	0,16%	1º	10.534	3º	124,2	2º
Pará	1,86%	3º	7.007	1º	130,2	3º
Amapá	0,23%	1º	10.254	2º	137,7	4º
Tocantins	0,42%	1º	8.921	2º	138,6	4º
Nordeste	13,07%		6.749		124,6	
Maranhão	1,19%	2º	5.165	1º	139,8	4º
Piauí	0,53%	1º	4.662	1º	126,7	3º
Ceará	1,89%	3º	6.149	1º	122,5	2º
Rio Grande do Norte	0,86%	2º	7.607	2º	117,4	1º
Paraíba	0,83%	2º	6.097	1º	122,7	2º
Pernambuco	2,34%	3º	7.337	1º	119,4	1º
Alagoas	0,67%	2º	5.858	1º	118,3	1º
Sergipe	0,63%	1º	8.712	2º	127,9	3º
Bahia	4,12%	4º	7.787	2º	126,9	3º
Sudeste	56,41%		19.277		120,6	
Minas Gerais	9,07%	4º	12.519	3º	122,4	2º
Espírito Santo	2,27%	3º	18.003	4º	129,7	3º
Rio de Janeiro	11,15%	4º	19.245	4º	113,2	1º
São Paulo	33,92%	4º	22.667	4º	122,2	2º
Sul	16,64%		16.564		117,2	
Paraná	6,07%	4º	15.711	3º	119,5	1º
Santa Catarina	3,93%	3º	17.834	4º	120,0	1º
Rio Grande do Sul	6,64%	4º	16.689	4º	113,8	1º
Centro-Oeste	8,87%		17.844		126,4	
Mato Grosso do Sul	1,06%	2º	12.411	3º	123,5	2º
Mato Grosso	1,60%	2º	14.954	3º	135,3	4º
Goiás	2,45%	3º	11.548	3º	124,3	2º
Distrito Federal	3,76%	3º	40.696	4º	125,1	3º
Brasil	100%		14.465		121,7	

Tabela 7 - Dimensão Econômica: Competitividade

Unidades Federativas	Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)		Fonte: Conselho Nacional de Desenv. Científico Tecnológico (CNPq), MCT			Fonte: Extraído da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP), a partir da baseSCIE/ISI		Fonte: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)		
	Percentual dos dispêndios estaduais em Pesquisa e Desenvolvimento (2007)	Quartil	Percentual de Pesquisadores Cadastrados no diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPQ (2008)	Quartil	Percentual de Grupos de Diretórios que se relacionam com empresas (2008)	Quartil	Número de Publicações Indexadas a base SCIE/ISI (1998 - 2002)	Quartil	Proporção de patentes depositadas pelos estados (2008)	Quartil
Norte	0,20%		5,43%				1.409		0	
Rondônia	0,00%	1º	0,29%	1º	0,29	1º	37	1º	0	1º
Acre	0,10%	2º	0,24%	1º	0,04	1º	26	1º	0	1º
Amazonas	0,60%	4º	2,02%	3º	1,21	2º	568	2º	0	2º
Roraima	0,16%	3º	0,26%	1º	0,15	1º	78	1º	0	1º
Pará	0,10%	2º	1,89%	3º	1,91	3º	680	3º	0	2º
Amapá	0,09%	1º	0,14%	1º	0,22	1º	6	1º	0,00%	1º
Tocantins	0,09%	2º	0,59%	1º	0,48	1º	14	1º	0,06%	1º
Nordeste	0,50%		17,94%				5.869		4,41%	
Maranhão	0,13%	2º	0,73%	1º	0,44	1º	116	1º	0,09%	1º
Piauí	0,04%	1º	0,64%	1º	0,40	1º	87	1º	0,06%	1º
Ceará	0,57%	3º	2,23%	3º	2,20	3º	1.130	3º	0,78%	3º
Rio Grande do Norte	0,06%	1º	1,66%	2º	1,43	2º	613	3º	0,24%	2º
Paraíba	0,35%	3º	2,28%	3º	1,94	3º	723	3º	0,37%	2º
Pernambuco	0,28%	3º	3,50%	3º	4,22	3º	1.667	3º	0,99%	3º
Alagoas	0,13%	2º	0,92%	2º	0,77	2º	202	2º	0,28%	2º
Sergipe	0,03%	1º	0,78%	2º	0,84	2º	168	2º	0,11%	2º
Bahia	1,10%	4º	5,20%	4º	5,43	3º	1.163		1,49%	3º
Sudeste	2,20%		47,12%				52.342		62,07%	
Minas Gerais	0,48%	3º	9,28%	4º	11,01	4º	6.138	4º	8,52%	
Espírito Santo	0,08%	1º	0,99%	2º	0,77	2º	435	2º	1,38%	3º
Rio de Janeiro	0,90%	4º	11,67%	4º	10,49	4º	12.270	4º	7,16%	4º
São Paulo	3,57%	4º	25,18%	4º	21,13	4º	33.499	4º	45,01%	4º
Sul	0,90%		22,03%				10.111		28,80%	
Paraná	1,87%	4º	8,04%	4º	8,88	4º	3.161	4º	9,53%	4º
Santa Catarina	0,71%	4º	4,70%	3º	6,75	4º	1.883	4º	8,43%	4º
Rio Grande do Sul	0,18%	3º	9,29%	4º	12,66	4º	5.067	4º	10,84%	4º
Centro-Oeste	0,10%		7,49%				2.774		3,58%	
Mato Grosso do Sul	0,12%	2º	1,68%	2º	0,99	2º	364	2º	0,24%	2º
Mato Grosso	0,16%	2º	1,31%	2º	0,92	2º	124	2º	0,71%	3º
Goiás	0,07%	1º	1,84%	2º	2,02	3º	561	2º	1,42%	3º
Distrito Federal	0,20%	3º	2,66%	3º	2,42	3º	1.725	3º	1,21%	3º
Brasil	1,40%		100,00%				72.505		100,00%	

Tabela 8 - Dimensão Econômica: Transportes

Unidades Federativas	Fonte: Contas Regionais do Brasil, IBGE		Fonte: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), Ministério dos Transportes				Fonte: Confederação Nacional dos Transportes (CNT)		Fonte: Departamento da Polícia Rodoviária Federal (DPRF)		Fonte: Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT)				Fonte: Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE)	
	Participação dos Estados no Valor Adicionado Bruto do Brasil (2006)	Quartil	Densidade da Malha Rodoviária Total - Extensão da rede pavimentada e não pavimentada (Km) em relação a área do estado (Km²) - Posição do dia 24/07/2009	Quartil	Densidade da Malha Rodoviária Pavimentada - Posição do dia 24/07/2009	Quartil	Proporção de rodovias em péssimo estado de conservação (2007)	Quartil	Proporção de acidentes graves (2008)	Quartil	Densidade da Malha Ferroviária - Extensão da rede (m) em relação a área do estado (Km²) - 2007	Quartil	Proporção de Terminais intermodais de carga (2006)	Quartil	Idade Média da Frota de Caminhões (2009)	Quartil
Norte	4,39%		2,93		0,461		11,8		5,36%		0,01		3,23%		15,1	
Rondônia	0,33%	1º	9,66	1º	1,010	1º	19,1	4º	1,72%	2º	0,00	1º	0,32%	1º	17,2	3º
Acre	0,12%	1º	5,84	1º	1,030	1º	16,6	3º	0,25%	1º	0,00	1º	0,00%	1º	14,5	1º
Amazonas	1,64%	2º	0,40	1º	0,120	1º	23,2	4º	0,14%	1º	0,00	1º	0,65%	1º	12,7	1º
Roraima	0,09%	1º	3,22	1º	0,500	1º	11,3	3º	0,22%	1º	0,00	1º	0,32%	1º	19	4º
Pará	1,85%	3º	2,86	1º	0,370	1º	10,7	2º	2,33%	3º	0,02	1º	1,29%	2º	15	2º
Amapá	0,13%	1º	1,61	1º	0,320	1º	8,4	2º	0,12%	1º	0,00	1º	0,00%	1º	11,6	1º
Tocantins	0,23%	1º	10,65	2º	2,090	2º	2,5	1º	0,58%	1º	0,07	2º	0,65%	2º	14,9	1º
Nordeste	12,48%		27,10		3,619		20,6		20,68%		0,45		16,78%		15,8	
Maranhão	1,84%	3º	16,78	2º	2,200	2º	34,5	4º	1,62%	2º	0,40	2º	3,55%	3º	14,6	
Piauí	0,40%	1º	23,08	2º	2,170	2º	12	3º	1,44%	2º	0,10	2º	0,32%	1º	15,2	2º
Ceará	1,66%	2º	35,54	3º	5,750	3º	9,9	2º	1,91%	2º	0,80	3º	1,29%	2º	16,3	2º
Rio Grande do Norte	0,68%	2º	51,99	3º	8,790	3º	4,2	1º	2,04%	2º	0,69	2º	0,97%	2º	16,3	3º
Paraíba	0,58%	1º	62,75	4º	6,540	3º	15,4	3º	2,36%	3º	1,17	4º	1,94%	2º	16,9	3º
Pernambuco	2,20%	3º	44,51	3º	7,020	3º	15,3	3º	3,77%	3º	0,94	3º	3,87%	3º	15,7	2º
Alagoas	0,64%	2º	47,52	3º	8,890	4º	22,4	4º	1,26%	2º	1,40	4º	1,29%	2º	15	2º
Sergipe	0,65%	2º	24,54	2º	9,840	4º	37,8	4º	0,87%	1º	1,27	4º	0,65%	2º	14	1º
Bahia	3,83%	3º	22,95	2º	2,670	2º	25,9	4º	5,41%	3º	0,27	2º	2,90%	3º	16,2	2º
Sudeste	59,03%		56,85		7,562		7,9		38,66%		1,27		46,45%		18,2	
Minas Gerais	9,88%	4º	46,57	3º	4,340	3º	11,5	3º	16,11%	4º	0,91	3º	13,23%	4º	19	4º
Espírito Santo	3,30%	3º	66,89	4º	7,690	3º	6,2	2º	4,52%	3º	1,13	3º	6,77%	4º	16,9	3º
Rio de Janeiro	10,19%	4º	52,56	3º	16,940	4º	7,8	2º	9,53%	4º	2,74	4º	4,84%	3º	18,9	4º
São Paulo	35,66%	4º	80,06	4º	13,490	4º	2,2	1º	8,50%	4º	1,90	4º	21,61%	4º	17,8	3º
Sul	17,72%		58,12		6,966		3,4		25,91%		1,19		23,55%		18,2	
Paraná	6,77%	4º	59,55	4º	10,200	4º	2,9	1º	6,86%	4º	1,15	3º	11,61%	4º	18,8	3º
Santa Catarina	4,04%	4º	65,83	4º	8,070	3º	7,1	2º	11,06%	4º	1,43	4º	2,58%	3º	15,6	2º
Rio Grande do Sul	6,92%	4º	54,51	4º	4,310	2º	2,3	1º	7,99%	4º	1,13	3º	9,36%	4º	19,3	4º
Centro-Oeste	6,39%		11,64		1,772		6,9		9,40%		0,15		10,00%		18	
Mato Grosso do Sul	1,11%	2º	9,81	2º	2,020	2º	3,5	1º	1,87%	2º	0,45	2º	5,48%	4º	19,8	4º
Mato Grosso	1,12%	2º	6,92	1º	0,860	1º	4,9	2º	2,21%	3º	0,01	1º	2,26%	3º	17,3	3º
Goiás	2,27%	3º	25,83	2º	3,670	2º	11,2	3º	4,58%	3º	0,19	2º	1,94%	3º	18,8	4º
Distrito Federal	1,89%	3º	26,29	3º	16,780	4º	2,6	1º	0,74%	1º	0,78	3º	0,32%	1º	13	1º
Brasil	100%		18,57		2,495		11		100,00%		0,33		100%		17,7	

Tabela 9 - Dimensão Ambiental

Unidades Federativas	Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)		Fonte: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)		Fonte: Agência Nacional de Águas (ANA)		Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2008					
	Focos de Calor em relação a área da UF (100 Km²) - 2008	Quartil	Consumo de Agrotóxicos e afins (Tonelada) pela área das principais culturas (Hectares) - 2005	Quartil	Consumo da água (mil m3) em relação ao PIB estadual - Intensidade Hídrica 2006	Quartil	Domicílios com rede de abastecimento de água (2008)	Quartil	Domicílios com rede coletora de esgoto ou fossa séptica (2008)	Quartil	Domicílios com serviços de coleta de lixo (2008)	Quartil
Norte	4,14		0,0010		12,7		58,30%		60,10%		80,10%	
Rondônia	7,03	3°	0,0016	2°	17,5	2°	42,30%	1°	73,60%	3°	72,90%	1°
Acre	1,78	1°	0,0003	1°	11,9	2°	56,80%	1°	55,20%	2°	81,00%	2°
Amazonas	0,5	1°	0,0002	1°	3,3	1°	73,20%	1°	63,10%	3°	84,70%	2°
Roraima	1,51	1°	0,0031	3°	8,3	1°	85,70%	3°	86,10%	4°	85,00%	3°
Pará	7,27	3°	0,0006	2°	11,2	2°	49,10%	1°	62,10%	3°	79,00%	2°
Amapá	1,67	1°	0,0003	1°	3,9	1°	75,10%	2°	37,50%	1°	98,40%	4°
Tocantins	12,96	4°	0,0015	2°	58,3	4°	79,00%	2°	32,10%	1°	75,50%	1°
Nordeste	14,07		0,0014		29,6		78,00%		55,00%		75,40%	
Maranhão	21,47	4°	0,0014	2°	24,9	3°	69,90%	1°	61,20%	2°	66,60%	1°
Piauí	11,72	4°	0,0006	1°	23,5	3°	69,20%	1°	59,50%	2°	56,20%	1°
Ceará	16,4	4°	0,0003	1°	29,5	4°	80,70%	3°	51,80%	1°	76,10%	1°
Rio Grande do Norte	2,21	2°	0,0006	2°	42,3	4°	87,80%	4°	48,10%	1°	84,40%	2°
Paraíba	7,22	3°	0,0006	1°	27,1	3°	77,70%	2°	57,90%	2°	80,50%	2°
Pernambuco	6,01	3°	0,0015	2°	28,9	3°	77,00%	2°	51,80%	2°	79,40%	2°
Alagoas	10,13	4°	0,0017	2°	52	4°	73,80%	2°	36,80%	1°	75,20%	1°
Sergipe	3,38	2°	0,0004	1°	14,3	2°	88,40%	4°	74,70%	3°	85,40%	3°
Bahia	13,95	4°	0,0021	3°	28,7	3°	79,60%	2°	57,30%	2°	75,30%	1°
Sudeste	5,14		0,0055		5,9		91,80%		88,80%		95,30%	
Minas Gerais	4,72	2°	0,0031	3°	12,7	2°	87,60%	4°	80,40%	4°	87,90%	3°
Espírito Santo	1,81	2°	0,0026	3°	11,3	2°	82,70%	3°	72,50%	3°	86,10%	3°
Rio de Janeiro	0,84	1°	0,0022	3°	3,6	1°	87,10%	4°	88,70%	4°	98,10%	4°
São Paulo	7,53	3°	0,0076	4°	4,5	1°	96,50%	4°	94,20%	4°	98,50%	4°
Sul	1,18		0,0029		24,7		84,10%		76,80%		90,70%	
Paraná	2,59	2°	0,0027	3°	5,1	1°	86,50%	3°	72,80%	3°	89,90%	3°
Santa Catarina	0,67	1°	0,0035	4°	11,8	2°	79,00%	2°	81,60%	4°	92,00%	4°
Rio Grande do Sul	0,35	1°	0,0029	3°	49,5	4°	84,40%	3°	78,10%	3°	90,80%	4°
Centro-Oeste	6,97		0,0035		14,5		81,30%		48,50%		89,10%	
Mato Grosso do Sul	3,47	2°	0,0035	4°	30	4°	83,50%	3°	24,00%	1°	89,30%	3°
Mato Grosso	9,27	3°	0,0036	4°	26,4	3°	69,40%	1°	53,40%	2°	79,50%	2°
Goiás	4,59	2°	0,0034	4°	20,6	3°	80,80%	3°	36,20%	1°	90,20%	3°
Distrito Federal	5,52	3°	0,0042	4°	1,8	1°	95,30%	4°	96,80%	4°	98,30%	4°
Brasil	6,40		0,0032		13,2		83,90%		73,20%		87,90%	